

RITA MARIA GONÇALVES FELIZARDO

**ANÁLISE DE CUSTOS SUBSTITUTIVOS DE PASSIVOS
AMBIENTAIS (ESTUDO DE CASO: INDÚSTRIA PAPELEIRA)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná, para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Florestais. Área de concentração: Economia e Política Florestal.

Linha de Pesquisa: Economia do Meio Ambiente e de Produtos não Madeiráveis.

Orientador: Prof. Dr. Roberto T. Hosokawa

CURITIBA
2007

RITA MARIA GONÇALVES FELIZARDO

**ANÁLISE DE CUSTOS SUBSTITUTIVOS DE PASSIVOS
AMBIENTAIS (ESTUDO DE CASO: INDÚSTRIA PAPELEIRA)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná, para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Florestais. Área de concentração: Economia e Política Florestal.

Linha de Pesquisa: Economia do Meio Ambiente e de Produtos não Madeiráveis.

Orientador: Prof. Dr. Roberto T. Hosokawa

CURITIBA
2007

DEDICATÓRIAS

Ao meu esposo, Carlos Felizardo, pelo seu amor, companheirismo e orgulho pelo meu trabalho.

A meus filhos, Matheus e Lucas pelo incentivo e amor.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Roberto T. Hosokawa, por mostrar a possibilidade de novos conhecimentos, por sua dedicação ao meu trabalho, minha eterna gratidão.

Ao meu professor, Dr. Valdir Michels, por me apresentar a ciência contábil com todas as suas particularidades.

À IBEMA Cia Brasileira de Papel, nas pessoas dos senhores Rui Gerson Brandt, Alexandre Groxko, Rubens César Pinto de Souza, Aurílio Lopes Neto, Marcos Rodrigues Vaz, Dildebrando Privitalle Filho, Armando Lê Fosse Junior, Domício Júnior Rodrigues, Elizangela da Luz Durigon, Joel Americano Rodrigues, pela atenção que dispensaram à pesquisa.

A Salette Silveira Azevedo, por me mostrar o caminho da Engenharia Florestal.

À Augusta Boraka, por todo o apoio que recebo diariamente.

Aos secretários da Pós-Graduação do Curso de Engenharia Florestal, Reinaldo Mendes de Souza e David Teixeira de Araújo, pelo atendimento prestado durante o mestrado.

À Tânia de Bastos Baggio pela atenção e pelo atendimento.

BIOGRAFIA

Rita Maria Gonçalves Felizardo, filha de Augusto Gonçalves e Dionéia Valente Gonçalves, nasceu em Curitiba, Estado do Paraná, em 6 de setembro de 1959.

Casada com Carlos Felizardo e mãe de Matheus Gonçalves Felizardo e Lucas Felizardo.

Concluiu o Primeiro Grau no Colégio Padre João Bagozzi em Curitiba/PR, em 1974. Fez o Curso de Técnico em Secretaria em nível de Segundo Grau também no Colégio Padre João Bagozzi em Curitiba/PR, concluindo-o em 1977. Fez faculdade de Comunicação Social na então Universidade Católica do Paraná, hoje Pontifícia Universidade Católica do Paraná concluindo em 1981. Em 1994 concluiu o curso de Ciências Contábeis pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, hoje denominada Universidade Estadual do Centro-Oeste. Fez pós-graduação Lato Sensu em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Estadual do Centro-Oeste terminando em 2000.

Trabalhou, no período de 1976 a 1979 no Banco Bamerindus do Brasil, no período de 1982 a 1983 na Cia Real de Crédito Imobiliário Sul – Banco Real, e de 1983 a 1986 na Cia Nestlé.

Trabalhou ainda como professora colaboradora no Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Centro-Oeste em Guarapuava/PR no período de 1985 a 1997, ministrando as disciplinas de contabilidade geral, contabilidade de custos, contabilidade industrial e contabilidade gerencial. Na Associação de Ensino Superior de Pitanga em Pitanga/PR, trabalhou como professora na disciplina de contabilidade de custos no período de 2004 a 2005.

Trabalha desde agosto de 2000 na Associação de Ensino Novo Ateneu – Faculdade Novo Ateneu de Guarapuava, como professora das disciplinas de contabilidade geral,

contabilidade comercial, contabilidade de custos, contabilidade aplicada ao turismo e contabilidade empresarial, além de cargo administrativo.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	09
1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	14
2.1 OBJETIVO GERAL	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
2.3 PROBLEMA	14
3 REVISÃO DE LITERATURA	16
3.1 ECONOMIA FLORESTAL	19
3.2 CONTABILIDADE	20
3.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL	22
3.4 ATIVO AMBIENTAL	26
3.5 PASSIVO AMBIENTAL	28
3.6 LEGISLAÇÃO	33
3.7 ESTRUTURA DOS REGISTROS CONTÁBEIS	34
3.8 CUSTOS SUBSTITUTIVOS	37
3.9 BALANÇO SOCIAL	44
3.9.1 História	47
3.9.2 Objetivos do Balanço Social	49
3.9.3 Limites do Balanço Social	51
3.9.4 Usuários do Balanço Social	52
3.9.5 Fontes de informação	55
3.9.6 O modelo	56
3.10 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	56
4 MATERIAIS E MÉTODOS	60
4.1 MATERIAIS	60
4.1.1 Papel e Celulose	60
4.1.2 Município	62
4.1.3 Caracterização da empresa	63
4.1.4 Produtos fabricados	63
4.1.5 Localização	66
4.1.6 Reflorestamento	67
4.1.7 Processo Produtivo	68
4.1.8 Recursos Humanos	72
4.1.9 Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal	74
4.1.10 Sistema de Avaliação de Desempenho	75
4.1.11 Higiene e Segurança no Trabalho	79
4.1.12 Mercadologia	83
4.1.13 Controle de Qualidade	84
4.1.14 Levantamento dos Gastos – ETE (Estação de Tratamento de Efluentes	84
4.1.15 Política Social	86
4.1.16 Legislação	87
4.2 MÉTODOS	88
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	90
5.1 CUSTOS SUBSTITUTIVOS DE PASSIVOS AMBIENTAIS	90
5.2 BALANÇO SOCIAL	94
5.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	97
6 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	100
REFERÊNCIAS	101

ANEXOS 104

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	DADOS SOCIOECONÔMICOS – 2006	44
QUADRO 02	PROPRIEDADES DO IBEMA SPECIALLA (CG 1)	64
QUADRO 03	PROPRIEDADES DO IBEMA SUPERA (CG 2)	65
QUADRO 04	PROPRIEDADES DO IBEMA PACK PLUS (WLC)	66
QUADRO 05	DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR UNIDADE ..	73
QUADRO 06	PERFIL DOS COLABORADORES POR IDADE	73
QUADRO 07	PERFIL DOS COLABORADORES POR ESCOLARIDADE ...	73
QUADRO 08	PERFIL DOS COLABORADORES POR TEMPO DE EMPRESA	74
QUADRO 09	PERFIL DOS COLABORADORES POR ESTADO CIVIL	74
QUADRO 10	ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO	77
QUADRO 11	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	78
QUADRO 12	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	78
QUADRO 13	GASTOS COM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES	91
QUADRO 14	CORTE DO PLANO DE CONTAS	93
QUADRO 15	BALANÇO SOCIAL	94
QUADRO 16	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	98

RESUMO

O estudo de caso da indústria papelreira contempla uma revisão bibliográfica que trata de Economia Florestal e uma visão generalista sobre a Contabilidade. Outros assuntos tratados são: contabilidade ambiental, ativo ambiental, passivo ambiental e qual a legislação pertinente para uma indústria papelreira. Descreve sucintamente a estrutura dos registros contábeis. A referida dissertação apresenta dados sobre os custos substitutivos, relatando os custos pertinentes e as suas formas de levantar os centros de custos em uma empresa. Por fim, na revisão bibliográfica traz um capítulo específico sobre balanço social e demonstração do valor adicionado, utilizados como embasamento teórico para a elaboração de tais demonstrativos para a empresa analisada. Os custos substitutivos não puderam ser analisados, pois a empresa trata seus custos dentro do processo produtivo e, como antecipa as provisões evitando os riscos condizentes com suas atividades, não são apresentados dentro do Plano de Contas, nem tampouco, na Demonstração do Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício. O balanço social foi elaborado baseado no modelo do Ibase – Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas, e adaptado para a empresa, apresentando os dados referentes aos anos de 2004 e 2005, bem como, a Demonstração do Valor Adicionado, apresentada de forma analítica, visando indicar os valores relevantes da empresa.

Palavras-chaves: Contabilidade de custos; Papel-Indústria-Contabilidade; Passivos (Contabilidade); Contabilidade social; Valor adicionado.

ABSTRACT

The present case study of a paper industry provides a bibliographic review related to Forest Economics and a general view about accountancy. Other subjects examined are: environmental accountancy, environmental assets, environmental liabilities, and the pertinent legislation of paper industry. The present study also describes briefly the structure of accounting records and presents data on substitutive costs, reporting the pertinent costs and their ways of collecting the centre of costs in an enterprise. The bibliographic review presents a specific chapter about social balance and demonstration of aggregated value which were applied as theoretical base for the elaboration of such demonstrations. The substitutive costs could not be analyzed due to the fact that the enterprise deals with its costs within the productive process. Moreover, as the enterprise anticipates the provisions in order to avoid the potential risks of its activity, the substitutive costs are not presented within the chart of accounts, neither in the statement of assets and liabilities, nor in the income result. The social balance was based on the patterns of the Brazilian Institute of Social and Economic Analyses (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase) and adapted for the subject of the study, presenting the data of the years 2004 and 2005, as well as the demonstration of aggregated value, which was presented in an analytical approach aiming at indicating the relevant values of the enterprise.

Key-words: Cost accounting; Paper-industry-accounting; Liabilities (Accounting); Social accounting; Added value.

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial é a responsável pelo desenvolvimento e evolução da economia em todos os setores industriais, comerciais e de serviços. Com o seu advento, tornou-se primordial o estudo contábil das empresas para que as mesmas pudessem ter conhecimento de todas as fases de produção e acompanhamento das suas vendas.

A contabilidade visa estudar o patrimônio das empresas, através de registro, acumulação, mensuração e avaliação das operações e atividades da empresa, culminando com a divulgação de seus dados para todos os seus usuários através das demonstrações contábeis.

Hoje não se aceita mais que a contabilidade seja meramente fiscal, é preciso que ela se englobe na gestão da empresa, tornando-a responsável pela informação a ser repassada aos seus parceiros, auxiliando-os nas tomadas de decisões.

No final do século XX, a contabilidade alargou seu leque de atuação, passando a discutir, inicialmente, nos meios acadêmicos e nas Organizações Não Governamentais, e posteriormente, na comunidade, sobre o impacto das questões ambientais e da responsabilidade social que todas as empresas têm com seus parceiros, promovendo a discussão do tema entre seus pesquisadores e profissionais.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 24), a contabilidade “é objetivamente um sistema de mensuração, avaliação e divulgação, centrado nos usuários da informação, destinado a provê-los (os usuários) com demonstrações contábeis e outros meios de transparência, permitindo-lhes análises de natureza econômica, financeira, social, ambiental, física e de produtividade das empresas (entidades de caráter geral)”. Cabe a ela, como ciência social, portanto, se adequar às mudanças que ocorreram com a globalização e com o desenvolvimento das tecnologias, atendendo aos desafios da nova forma de atuação das empresas preocupadas com o meio ambiente, subsidiando-as com informações para o

processo de tomada de decisão, além das obrigações com a sociedade com relação à responsabilidade social e à questão ambiental.

Para as empresas que atuam nos setores florestal e ambiental, faz-se necessário que a organização, elaboração e implantação da contabilidade seja feitas de maneira a cumprir com os objetivos específicos de cada uma delas. É o Plano de Contas elaborado para cada tipo de empresa que deverá contemplar as atividades comerciais, industriais, ambientais e de serviços em que a mesma opere.

Sabendo-se da importância e da eficácia da contabilidade para as empresas, faz-se necessário um estudo detalhado sobre a aplicação da mesma no setor florestal, já que o referido setor tem ainda que se adaptar aos modelos existentes para outros tipos de empresas que não são objeto de seus estudos.

Com a evolução da contabilidade para a área gerencial, fazem-se as seguintes perguntas: Qual a importância das informações contábeis para a empresa florestal?

Quais são os benefícios que a empresa terá com a aplicação de um levantamento de dados sobre custos substitutivos de passivos ambientais específico para a empresa florestal?

Quais seriam as características principais desses custos substitutivos que contemplassem as variáveis ambientais?

Quais demonstrativos contábeis seriam relevantes para a empresa, levando-se em consideração todas as variáveis ambientais?

Quais as informações seriam relevantes para a tomada de decisão para os gestores, depois de compararem seus demonstrativos normalmente elaborados com os demonstrativos criados a partir das variáveis ambientais?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os custos substitutivos de empresa do segmento de papel e celulose.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar informações sobre a unidade da empresa em questão e sua preocupação com o meio ambiente.
- Quantificar e classificar os setores produtivos, comerciais, administrativos e ambientais de empresa do segmento de papel e celulose.
- Organizar e elaborar os custos substitutivos de Passivos Ambientais para a empresa em questão, considerando as variáveis ambientais.
- Elaborar o Balanço Social para a empresa em questão, considerando-se as variáveis ambientais.
- Apresentar os resultados obtidos com o levantamento de dados sobre os custos substitutivos e sobre o Balanço Social, englobando o enfoque ambiental e social na empresa.

2.3 PROBLEMA

Ao se preocupar somente com produtividade e comercialização de seus produtos em mercados maiores, tanto os empresários rurais quanto os que investem na atividade florestal deixam de conhecer detalhadamente seus negócios em termos mensuráveis e de como a sua

produtividade afeta seu resultado, de como as informações passadas ao setor responsável pela contabilização acabam não sendo de grande valia pois não indicam a realidade empresarial, principalmente no que tange ao setor ambiental.

Diante da falta de informação, levantam-se as seguintes questões:

- As empresas do segmento florestal, principalmente do segmento de papel e celulose apresentam em seus planos de contas, variáveis ambientais?
- Os planos de contas das empresas florestais apresentam contas de passivos ambientais?
- Se as empresas não apresentam passivos ambientais, como as empresas florestais apresentam dentro de sua contabilidade, os custos substitutivos de passivos ambientais?

3 REVISÃO DE LITERATURA

A Constituição Federal trata da preservação do ambiente para as futuras gerações em seu artigo 225, com o seguinte texto:

“Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

“Principalmente numa economia globalizada, não existe incompatibilidade entre a preservação da qualidade ambiental e o desenvolvimento econômico. A pressão social faz com que novas tecnologias sejam incorporadas ao processo produtivo.” (FREIRE, 1998, p. 15).

Freire (1998, p. 17) também escrevendo sobre meio ambiente conceitua que o mesmo “é o universo natural que, efetiva ou potencialmente, exerce influência sobre os seres vivos. Não havendo como impor uma definição sustentada em critérios científicos, os autores divergem sobre o conceito e conteúdo do que se firmou denominar ‘ambiente’.”

Outro conceito importante sobre meio ambiente é o que trata a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 que estabelece em seu artigo 3º, inciso I o seguinte texto: “meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;”

Já sob a ótica do Direito, pode-se dizer que meio ambiente “pode ser conceituado como uma instituição jurídica, considerando que as normas ambientais nada mais fazem do que organizar a utilização dos bens ambientais pelo homem” (FREIRE, 1998, p. 17).

“A economia diz respeito somente às necessidades que são satisfeitas por bens econômicos, ou seja, por elementos naturais escassos ou por produtos elaborados pelo homem. Os recursos ambientais, como o ar puro e a água limpa, até há poucos anos, não eram

considerados como bens econômicos, por serem disponíveis em quantidade e qualidade para o consumo humano. No entanto, a partir da poluição exagerada do meio ambiente e da redução da qualidade, alguns de seus elementos tornaram-se escassos e passaram a ser um bem econômico, e isso tem sido evidenciado com o surgimento da Economia do Meio ambiente, que trata especificamente da valoração de componentes ambientais.” (SILVA; JACOVINE; VALVERDE, 2002, p. 10).

“A experiência das empresas pioneiras permite identificar resultados econômicos e resultados estratégicos do engajamento da organização na causa ambiental. Estes resultados, porém, não se viabilizam de imediato, há necessidade de que sejam corretamente planejados e organizados todos os passos para a interiorização da variável ambiental na organização para que ela possa atingir, no menor prazo possível, o conceito de excelência ambiental, que lhe trará importante vantagem competitiva.” (DONAIRE, 1999, p. 50).

“O processo de gestão ambiental leva em consideração todas aquelas variáveis de um processo de gestão, tais como o estabelecimento de políticas, planejamento, um plano de ação, alocação de recursos, determinação de responsabilidades, decisão, coordenação, controle, entre outros, visando principalmente ao desenvolvimento sustentável. Uma decisão ambiental, em seus diversos níveis, envolve variáveis complexas e alternativas de ação nem sempre de fácil aceitação. Infelizmente, os executivos das empresas dificilmente escolhem a alternativa que menos danifique o meio ambiente. Embora esse seja um objetivo a ser alcançado, num mundo que depara com questões tão primordiais como a fome, a educação, a saúde, enfim, condições de sobrevivência do homem que a humanidade ainda não conseguiu resolver, decidir em favor de ações que preservem o meio ambiente torna-se mais difícil.” (FERREIRA, 2003, p.33).

“O objetivo maior da gestão ambiental deve ser o de propiciar benefícios à empresa que superem, anulem ou diminuam os custos das degradações, causados pelas demais

atividades da empresa e, principalmente, pela área produtiva. O responsável por gerir o meio ambiente não é o responsável por degradá-lo.” (FERREIRA, 2003, p. 41).

“Durante muito tempo, as organizações preocuparam-se apenas com a eficiência dos sistemas produtivos. Em curto espaço de tempo, essa noção revelou-se equivocada, porque ficou evidente que o contexto de atuação das empresas tornava-se cada dia mais complexo e que o processo decisório sofreria restrições cada vez mais severas. Um dos componentes importantes dessa reviravolta nos modos de pensar e agir foi o crescimento da consciência ecológica, na sociedade, no governo e nas próprias empresas, que passaram a incorporar essa orientação em suas estratégias.” (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 11).

Tachizawa (2002, p. 26) diz que “a preservação do meio ambiente converteu-se em um dos fatores de maior influência dos anos 90 e da primeira década de 2000, com grande rapidez de penetração de mercado. Assim, as empresas começam a apresentar soluções para alcançar o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, aumentar a lucratividade de seus negócios. Nesse contexto, gestão ambiental não é apenas uma atividade filantrópica ou tema para ecologistas e ambientalistas, mas também uma atividade que pode propiciar ganhos financeiros para as empresas. É o caso do Banco Axial de São Paulo, que administra recursos de investidores, entre eles o Banco Mundial e o governo suíço, interessados em aplicar na preservação da biodiversidade da América Latina.”

“A Contabilidade é o veículo adequado para divulgar informações sobre o meio ambiente. Esse é um fator de risco e de competitividade de primeira ordem. A não-inclusão dos custos, despesas e obrigações ambientais distorcerá tanto a situação patrimonial como a situação financeira e os resultados da empresa.” (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 12).

“A variável ambiental, gerada pelas transformações culturais ocorridas entre os anos 60 e 90, adquiriu extrema importância em direção à proteção e preservação ambiental como valor fundamental do novo ser humano e da organização dos novos tempos. Nesses novos

tempos, as questões de desenvolvimento sustentável deixaram de girar em torno de um mero controle de poluição, passando a se referir ao controle ambiental integrado às práticas e processos produtivos das organizações. A perspectiva futura é a de que as questões relativas à preservação do meio ambiente deixem de ser um problema meramente legal, com ênfase nas punições legais, para evoluírem para um contexto empresarial pleno de ameaças e oportunidades, em que as decorrências ambientais e ecológicas passem a significar posições competitivas que ditarão a própria sobrevivência da organização em seu mercado de atuação.” (ANDRADE; TACHIZAWA; CARVALHO, 2002, p. 44).

A contabilidade, cujo objeto é o patrimônio, visa dar informações qualitativas e quantitativas aos gestores, a fim de que os mesmos tomem as decisões empresariais condizentes com a realidade em que a sua empresa está inserida.

Deve-se entender a importância da contabilidade para a gestão, já que todas as informações sobre o patrimônio são divulgadas com base no plano de contas elaborado para cada tipo de empresa. A contabilidade deverá repassar a seus usuários as informações necessárias sobre seus custos e seus processos produtivos, assim como todas as suas receitas e despesas das atividades principal e secundárias oriundas da gestão ambiental aplicada na empresa.

3.1 ECONOMIA FLORESTAL

Economia, segundo Silva, Jacovine et Valverde (2005, p.9), “é o estudo do método de alocação de meios físicos e humanos escassos (recursos) entre fins alternativos, para o bem-estar do homem. Em outras palavras, a economia estuda o modo como os indivíduos e a sociedade fazem suas escolhas e decisões, para que os recursos disponíveis, sempre escassos, possam contribuir da melhor forma para satisfazer as necessidades individuais e coletivas”.

Já a economia agrícola pode ser definida como uma ciência social aplicada que trata da maneira pela qual o ser humano escolhe usar o conhecimento técnico e os recursos produtivos escassos, como terra, trabalho, capital, e capacidade administrativa, para produzir alimentos e fibras e distribuí-los para consumo dos inúmeros membros da sociedade. (MENDES, 1998, p.25).

Para a economia florestal devem ser consideradas as situações de análise, conforme Berger e Padilha Jr discorrem em sua apostila utilizada nas aulas de Economia Florestal:

- a) As florestas geram produtos múltiplos, muitos dos quais não são facilmente percebíveis pelo mercado. Além da receita total gerada pela venda da madeira e de outros produtos florestais madeiráveis e não madeiráveis, as florestas também geram externalidades positivas, que são valorizadas pela sociedade.
- b) A exploração florestal realizada de maneira não sustentada pode causar externalidades negativas que não são cobertas pelo produtor, como a perda da qualidade da água e a poluição do ar causado pelas queimadas e pelo processamento da madeira.
- c) A produção florestal envolve o longo prazo, o risco e a incerteza. Desta forma, alguns produtos florestais podem ser gerados em períodos inferiores a uma década, enquanto outros produtos necessitam de 15 anos ou mais. Assim, no longo prazo, existe uma tremenda incerteza com relação à produção e aos retornos esperados pelos produtores.

3.2 CONTABILIDADE

A contabilidade é uma ciência que estuda o patrimônio das empresas, de modo a informar a todos os seus usuários, as informações necessárias para tomada de decisão. Não é a contabilidade que toma a decisão final, porém subsidia todos os seus gestores para que possam seguir os caminhos mais adequados.

Segundo Hendriksen et Breda (1999, p. 93), o objetivo da contabilidade de acordo com o Boletim de Terminologia Contábil número 1 é definido como sendo “a arte do registro, da classificação e da sumarização de uma maneira significativa e em termos monetários, de transações e eventos que são, pelo menos em parte, de caráter financeiro e da interpretação de seus resultados”.

Segundo Ribeiro (2005, p. 40) a contabilidade possui quatro dimensões:

- Jurídica, que considera a distinção entre os interesses dos proprietários e da empresa em si.
- Econômica, que analisa o aspecto patrimonial da entidade.
- Organizacional, que examina a atuação dos gestores responsáveis pelo controle dos recursos possuídos pela entidade.
- Social, que valora os benefícios sociais da entidade.

Levando em consideração as quatro dimensões acima, ainda segundo Ribeiro (2005, p. 40) a “contabilidade terá como objetivo avaliar não só a evolução econômica da entidade, como também suas contribuições e responsabilidades sociais, conseguirá também compreender o ambiente externo e interno onde as empresas estão inseridas, isto é, qual é o contexto dos fatores que têm mais ou menos relevância para o sucesso da mesma”.

A lei das Sociedades por Ações (número 6.404/76) estabelece que, ao fim de cada exercício social (normalmente envolvendo o período compreendido entre o dia 1º de janeiro e 31 de dezembro do mesmo ano), o setor contábil da empresa elaborará, para as empresas de capital aberto, com base na escrituração contábil, as seguintes demonstrações contábeis para as sociedades anônimas, que por praticidade também são adotadas pela maior dos outros tipos de empresas:

- Balanço Patrimonial;

- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, além de,
- Relatórios da Administração;
- Notas Explicativas; e
- Parecer de Auditores Independentes.

Essas demonstrações contábeis deverão ser publicadas em dois jornais: no Diário Oficial (do lugar onde está localizada a sede da empresa) e em outro jornal de grande circulação. Já as outras empresas elaboram, principalmente, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Muitas hoje em dia, já trabalham também com a Demonstração do Fluxo de Caixa, o Balanço Social, e a Demonstração do Valor Adicionado.

3.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL

Tinoco e Kraemer (2004, p. 109) definem gestão ambiental como o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades.

O que a empresa leva em consideração é a qualidade ambiental desejada, por isso ela se organiza e se mobiliza, interna e externamente através de um conjunto de medidas com a intenção de controlar os impactos ambientais da atividade em questão.

Do ponto de vista da contabilidade, o que se pode medir e fazer constar, nas demonstrações contábeis, são os eventos e transações econômico-financeiros, que refletem a interação da empresa com o meio ambiente. (RIBEIRO, 2005, p. 39).

Já, segundo Paiva (2003, p. 17), “a contabilidade ambiental pode ser entendida como a atividade de identificação de dados e registros de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões”. E, confirmando esta afirmativa, Ferreira (2003, p. 59) explica que o desenvolvimento da contabilidade ambiental é resultado da apresentação de informações condizentes com a gestão ambiental.

É necessário enfatizar que a contabilidade ambiental não é uma nova contabilidade, mas sim uma especialização que traz um conjunto de informações condizentes, econômica e financeiramente, das ações de uma empresa que alteram o seu patrimônio.

Ribeiro (2005, p. 45) “identifica os objetivos da contabilidade ambiental como sendo os de identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiras que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade”, devendo assegurar que:

- a) Os ativos, os passivos ambientais e os custos sejam contabilizados conforme o que especificam os princípios fundamentais da contabilidade, ou, na sua ausência, as práticas contábeis geralmente aceitas; e
- b) Haja ampla transparência nas informações ambientais que os usuários necessitem.

A contabilidade ambiental deve primar, portanto, pela elaboração e fornecimento de subsídios para a avaliação do desempenho das empresas e prover informações sobre seu relacionamento econômico com o meio ambiente. (PAIVA, 2003, p. 23).

Pode-se dizer que as inovações, segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 184), trazidas pela contabilidade ambiental estão associadas a pelo menos três temas:

- Definição de custos, despesas operacionais e passivos ambientais;
- Forma de mensuração do passivo ambiental, com destaque para o decorrente de ativos de vida longa; e
- Utilização intensiva de notas explicativas e divulgação de relatórios ambientais abrangentes, bem como o uso de indicadores de desempenho ambientais, padronizados no processo de fornecimento de informações ao público.

Na seqüência, Tinoco e Kraemer (2004, p. 148), explicam que o necessário objetivo de conservação do meio ambiente obriga a contabilidade a assumir alguns controles em torno dos seguintes aspectos:

- Fornecimento de recursos mínimos e uso extensivo de materiais reciclados ou renováveis;
- Processos produtivos e investimentos em imobilizado: mínimo consumo de água e energia, mínima emissão atmosférica e mínima quantidade de resíduos;
- Características do produto: mínimos vasilhames e embalagens, reciclagem e reutilização dos mesmos.

Quando uma empresa resolve adotar a contabilidade ambiental, ela deve levar em consideração a gestão interna, relacionando-a com a gestão ambiental e seu controle, com a intenção de reduzir custos e despesas melhorando a qualidade de seus produtos. Deve, também, seguir as exigências legais e normativas e com isso, evitar multas e indenizações e, por último, considerar a demanda dos parceiros sociais que podem ser dos clientes, empregados, organizações ecológicas, seguradoras, comunidade local, acionistas, administração pública, bancos, investidores etc.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 152) afirmam que a utilização da contabilidade de gestão ambiental pode proporcionar grandes reduções de custos na gestão de resíduos, dado que os custos de manuseio e deposição de resíduos são relativamente fáceis de definir e de imputar a produtos específicos. Outros custos/despesas ambientais legais, incluindo os da conformidade ambiental, deterioração da imagem da empresa, riscos e responsabilidade ambiental, são mais difíceis de avaliar. A contabilidade de gestão ambiental, segundo a EPA (2000):

- Focaliza os custos internos à companhia;
- Não inclui custos externos à sociedade;
- Dá ênfase particular à contabilidade para custos ambientais;
- Sua informação pode ser usada para a maioria de tipos de atividade ou de tomada de decisão da gerência dentro de uma organização, mas é particularmente útil para atividades ambientais pró-ativas da gerência.

Os benefícios potenciais que a contabilidade ambiental apresenta para a indústria são apresentados através da identificação, levantamento, alocação e administração dos custos ambientais. Controlar o uso e os fluxos da energia e dos materiais, apresentar informações corretas e detalhadas sobre a participação em programas voluntários, e elaborar relatórios de desempenho ambiental melhoram a imagem da empresa perante seus usuários.

Já do ponto de vista macro, a questão ambiental é alvo de grandes discussões, por um lado alguns se preocupam com o patrimônio natural da humanidade, outros se preocupam com a questão da mensuração desse patrimônio, para que se possa valorar os recursos naturais existentes. Até agora, porém, não foram identificados instrumentos adequados para definir os valores dos recursos naturais disponíveis em toda a dimensão do planeta.

3.4 ATIVO AMBIENTAL

O Ativo pode ser conceituado como sendo um direito a presentes e futuros resultados econômicos, na medida em que não restringe a maneira de adquiri-lo, conforme Eliseu Martins apresentou em sua tese de Doutorado. (MARTINS ¹, apud RIBEIRO, 2005, 58).

Assim, segundo Ribeiro (2005, p. 63), “o Ativo Ambiental pode ser entendido como os gastos ambientais capitalizados e amortizados durante o período corrente e os futuros, porque satisfazem os critérios para reconhecimento como ativos”.

Os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem a preservação, proteção e recuperação ambiental. Com o intuito de demonstrar seu empenho na preservação do meio ambiente, eles devem ser segregados em linha à parte das demonstrações contábeis. Assim, não apenas a empresa deixaria transparecer suas ações como, ao mesmo tempo, permitiria ao usuário avaliar essas informações e compará-las aos demais elementos que compõem tais demonstrações. (RIBEIRO, 2005, p. 62).

Um exemplo para ilustrar a afirmação acima: havendo no almoxarifado insumos que participem do processo produtivo com a intenção de eliminar, reduzir ou controlar os níveis de emissão de resíduos, ou materiais para a recuperação ou reparos de ambientes afetados, a área contábil da empresa criaria uma subdivisão no grupo de Estoques, na qual seriam agregados esses itens, segundo Ribeiro (2005, p. 62).

Outro exemplo pode ser apresentado no Permanente Imobilizado que apresentaria seus investimentos de aquisição de itens que viabilizam a redução de resíduos poluentes tais como máquinas, equipamentos e instalações próprios para este fim, visando o aumento da

¹ MARTINS, E. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972. p. 29-30, 50-51.

capacidade ou aumento da segurança ou eficiência de outros ativos e deveriam ser destacados dos demais, incluindo-se no Plano de Contas uma conta própria de Imobilizado Técnico Ambiental.

Pode-se ter no Ativo Diferido uma conta denominada como Diferido Ambiental, a qual apresentaria os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias no longo prazo, com o objetivo de solucionar problemas decorrentes de impactos ambientais e/ou evitá-los (quando tiverem precisa relação com receitas de específicos períodos futuros), de acordo com alguns critérios apresentados por Ribeiro (2005, p. 72):

- O produto ou processo é definido, e os custos a ele atribuíveis podem ser identificados separada e claramente;
- A viabilidade técnica do produto ou processo está demonstrada;
- Há clara indicação do mercado futuro para o produto ou processo, ou ele se destina ao uso interno em vez de venda, e sua utilidade à empresa pode ser demonstrada;
- A gerência da empresa indicou sua intenção de produzir e vender (ou usar) o produto ou processo;
- Existem recursos adequados, ou há expectativa razoável de sua disponibilidade, para completar o projeto e a comercialização, ou uso do produto ou processo. (RIBEIRO, 2005, p. 72).

Todas as alterações ocorridas no Ativo deverão ser informadas nas notas explicativas, essencialmente, principalmente quando houver novas aquisições. Já os gastos adicionais de custos de aquisição que agregam valor ao ativo, devem ser evidenciados no exercício em que ocorrerem conforme o princípio da competência.

Portanto, segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 176), fica claro que os “ativos ambientais são bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle,

preservação e recuperação do meio ambiente. Se os gastos ambientais podem ser enquadrados nos critérios de reconhecimento de um ativo, devem ser classificados como tais. Os benefícios podem vir através do aumento da capacidade ou melhora da eficiência ou da segurança de outros ativos pertencentes à empresa, da redução ou prevenção da contaminação ambiental que deveria ocorrer como resultado de operações futuras ou, ainda, através da conservação do meio ambiente”.

3.5 PASSIVO AMBIENTAL

Tratando-se de Passivo, Martins (1972, p.29-30), afirma que o mesmo é o resultado econômico a ser sacrificado no futuro em função de dívida e/ou obrigação contraídas perante terceiros.

Portanto, os passivos são compostos de obrigações presentes, com exigibilidade futura já que seus fatos geradores ocorreram no passado ou, podem também estar ocorrendo no presente.

De acordo com Ribeiro (2005, p. 76), em se tratando de Passivo ambiental, o autor afirma que o mesmo “quer se referir aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre o desenvolvimento econômico, ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação a estas questões”.

Assim, a empresa pode adquirir, a prazo, de terceiros, insumos ou equipamentos antipoluentes, necessários à adequada operacionalização de suas atividades, recebendo deles uma nota fiscal (fatura) que fundamentará o registro contábil da exigibilidade ambiental. Há casos em que a empresa mantém um corpo de funcionários dedicados exclusivamente à operacionalização e manutenção de seus equipamentos antipoluentes. Desta forma, possui

todos os parâmetros legais para determinar o valor dos salários e encargos sociais, decorrentes da remuneração desse pessoal. Ou ainda, mediante o controle de horas das tarefas executadas por seus funcionários, poderá segregar o volume de tempo despendido nas atividades relacionadas ao controle ambiental, dado que essas ocorrem em diferentes setores. (RIBEIRO, 2005, p. 76).

Conforme Tinoco e Kraemer (2004, p. 179), as obrigações condizentes com o Passivo Ambiental podem ser legais, implícitas, construtivas e justas. São legais quando a empresa tem uma obrigação com eventos passados (água, solo etc.); implícitas quando a empresa cria uma expectativa válida frente a terceiros, assumindo um compromisso; construtivas quando a mesma se propõe a cumprir espontaneamente excedendo às exigências legais, como quando é o caso da empresa enfatizar sua responsabilidade social perante a comunidade. Finalmente, são justas quando a empresa cumpre sua responsabilidade social com ética e moralidade.

Assim como a Contabilidade Financeira permeia, os Passivos Ambientais devem apresentar seus eventos e transações de natureza econômico-financeira, inclusive as exigibilidades ambientais, contabilizando-os no momento em que ocorrem seus fatos geradores. Conforme Ribeiro (2005, p. 76) “na hipótese de haver dúvida quanto à real responsabilidade da empresa no cumprimento da exigibilidade, ou quanto ao seu montante, apesar de o fato gerador ter ocorrido realmente, algumas questões precisam ser definidas”.

Como passivos ambientais normais podem-se entender os decorrentes do processo produtivo, onde há emissão de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, com possibilidade de controle, prevenção e, em alguns casos, de reaproveitamento. Com investimentos em equipamentos que melhorem a queima de combustíveis líquidos associados a filtros catalisadores, por exemplo, pode ser melhorado o rendimento desses insumos utilizados no processo, reduzindo a emissão de resíduos gasosos na atmosfera. A substituição de insumos

por outros menos poluentes e o reaproveitamento de resíduos resultantes no processo, entre outras, são formas de redução ou eliminação desses passivos. (PAIVA, 2003, p. 35).

Para a ONU, apresentado no livro de Ribeiro (2005, p. 78), o passivo ambiental se configura quando a entidade tiver obrigação de prevenir, reduzir ou retificar um dano ambiental, sob a premissa de que não possui condições para evitar tal obrigação; essa ausência de condições é definida pelas seguintes situações:

- Existência de uma obrigação legal ou contratual;
- Política ou intenções da administração, prática do ramo de atividade ou expectativas públicas; ou
- Pronunciamento interno ou externo da decisão de solucionar o prejuízo causado;
- O valor da exigibilidade puder ser razoavelmente estimado.

Assim, o Passivo ambiental corresponde às obrigações relacionadas aos gastos ambientais ocorridos pela empresa e que satisfaçam aos critérios para reconhecimento como exigibilidade. Quando há incertezas quanto a prazo ou valores, em alguns países, é utilizada a expressão Provisão para Obrigações Ambientais. (ONU ², apud RIBEIRO, 2005, p. 78).

Tinoco e Kraemer (2004, p. 180) afirmam que um passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Esse tipo de passivo é definido como uma obrigação presente da empresa decorrente de eventos passados, como os apontados a seguir:

- Despesas do exercício atual: os passivos ambientais que se originam em despesas (insumos ou serviços necessários à realização do processo de recuperação, totalmente

² RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005

consumidos) devem ser contabilizados em contrapartida a uma conta de resultado à medida que o fato gerador ocorre;

- Resultados de exercícios anteriores: o passivo ambiental poderá decorrer de eventos passados. Trata-se de fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores e que não possa ser atribuídos a fatos subseqüentes;
- Ativos permanentes de natureza ambiental: os bens adquiridos podem originar passivo ambiental, em contrapartida a um ativo ambiental. Isso pode acontecer quando o processo de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente exigir a aquisição de equipamentos e instalações a serem utilizados por períodos posteriores ao exercício em curso;
- Riscos ambientais potenciais: quando correlacionados com riscos e incertezas a que a empresa está sujeita, os passivos ambientais adquirem características de contingências, quando:
 - a) Iniciativa própria: quando a empresa antecipa por iniciativa própria a ações de terceiros ou da legislação ambiental como eventos passados, presentes ou futuros, reconhecendo suas obrigações;
 - b) Reivindicações de terceiros: os passivos advindos de reivindicações de terceiros poderiam merecer tratamentos similares;
 - c) Exigibilidade das legislações ambientais: os órgãos competentes poderão verificar o grau de responsabilidade da empresa quando esta opera de forma irregular, não obedecendo aos padrões ambientais estabelecidos, resultando em penalidades.

Os referidos equipamentos e instalações podem ser utilizados na recuperação propriamente dita da área afetada, como também no monitoramento pré e pós-realização do trabalho. (RIBEIRO, 2005, p. 79).

Assim como os ativos ambientais, os passivos ambientais devem ser informados em subgrupo específico das exigibilidades. Deverão também ter sua descrição e seus respectivos valores apresentados em notas explicativas às demonstrações contábeis, mesmo as que não sejam passíveis de serem mensuradas. No entanto, se houver uma obrigação relevante, em termos de valor e natureza, deverá ser contabilizada e evidenciada no Balanço Patrimonial em conta específica. (RIBEIRO, 2005, p. 112).

Ribeiro (2005, p. 112) afirma ainda que a existência de riscos futuros deve ser objeto de destaque, com a abrangência e profundidade proporcionais ao grau de risco. Já a expectativa de gastos futuros ou perdas, ambos de natureza ambiental, cuja realização seja considerada pouco provável, mas que, se acontecerem, podem ter impacto significativo sobre o patrimônio da empresa, especialmente seu fluxo de caixa, deve ser objeto de notas explicativas, devendo ser destacados:

- A natureza e a estimativa dos gastos ambientais;
- As incertezas relativas à sua realização;
- O momento da possível realização.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 183), para a realização de um levantamento de passivo ambiental devem ser realizadas algumas atividades básicas, a saber:

- Inspeção ambiental da organização ou processo a ser analisado;
- Documentação fotográfica dos itens de passivo encontrados;
- Identificação dos processos de transformação ambiental que deram origem aos itens de passivo;
- Caracterização ambiental dos itens de passivo e de seus processos causadores;

- Hierarquização dos itens de passivo, em termos de sua representatividade, assim como de seus processos causadores.

3.6 LEGISLAÇÃO

Gestão ambiental pública é a ação do Poder Público conduzida segundo uma política pública ambiental. Entende-se por política pública ambiental o conjunto de objetivos, diretrizes e instrumentos de ação de que o Poder Público dispõe para produzir efeitos desejáveis sobre o meio ambiente.

A participação está cada vez mais intensa dos Estados Nacionais em questões de meio ambiente e a diversidade dessas questões fizeram surgir uma variedade de instrumentos de políticas públicas de que o Poder Público pode se valer para evitar novos problemas ambientais, bem como para eliminar ou minimizar os existentes. (BARBIERI, 2004, p.60).

Esses instrumentos podem ser explícitos ou implícitos. Os primeiros são criados para alcançar efeitos ambientais benéficos específicos, enquanto os segundos alcançam tais efeitos pela via indireta, pois não foram criados para isso. Por exemplo, uma lei para ordenar o trânsito de veículos numa grande cidade e evitar congestionamentos acabará indiretamente melhorando a qualidade do ar, uma vez que podem trafegar com marchas mais leves.

“Investimentos em educação tornam a população mais consciente dos problemas ambientais, aumentando assim o contingente de pessoas que vão cobrar melhor desempenho das empresas e dos órgãos ambientais governamentais”. (BARBIERI, 2004, p.60).

Barbieri (2004, p. 65) analisa os tributos ambientais explicando que os mesmos “transferem recursos dos agentes privados para o setor público em decorrência de algum problema ambiental. Eles são denominados impostos e encargos ambientais pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização que congrega os

países mais ricos de economia de mercado e uma das que mais defendem esse tipo de instrumento. No âmbito da União Européia, esses tributos são denominadas ecotaxas. Há diversas espécies desses tributos, sendo que as mais conhecidas são as seguintes:

- a) Tributação sobre emissões, que são encargos cobrados sobre a descarga de poluentes geralmente calculados com base nas características dos poluentes e nas quantidades emitidas por uma unidade produtiva;
- b) Tributação sobre a utilização de serviços públicos de coleta e tratamento de efluentes;
- c) Tributação que incide sobre os preços de produtos que geram poluição ao serem utilizados em processos produtivos ou pelo consumidor final, como as taxas cobradas sobre derivados de petróleo, carvão, energia elétrica, baterias, pneus, produtos que contêm enxofre, CFCs etc. Um tipo especial são os tributos que incidem sobre produtos supérfluos; e
- d) Tributação baseada em alíquotas diferenciadas sobre produtos, gravando os produtos de acordo com o seu grau de impacto ambiental, com o objetivo de induzir a produção e o consumo dos produtos mais benéficos ao meio ambiente”.

3.7 ESTRUTURA DOS REGISTROS CONTÁBEIS

Os registros contábeis que integram a teoria da Escrituração tratam dos lançamentos dos fatos contábeis, ocorridos no patrimônio da entidade, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e as normas contábeis, estruturadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

Segundo Santos et all (2006, p. 79), a “escrituração tem por objetivo acumular os registros das operações conta a conta, a fim de demonstrar a situação econômico-financeira da entidade e os resultados obtidos em determinado período. O registro dos fatos deve obedecer a

uma ordem cronológica e evidenciar as variações quantitativas e qualitativas que ocorrem com o patrimônio da entidade”.

O método utilizado para registrar os fatos contábeis ocorridos em uma empresa é o Método das Partidas Dobradas, que especifica que para todo débito existirá um crédito de igual valor e vice-versa, em uma ou mais contas.

Speidel (1966, 134), já defendia que a contabilidade das empresas florestais fosse feita pelo Método das Partidas Dobradas sendo como o “melhor sistema e o mais perfeito, pois abrange todos os movimentos de valores na empresa”.

As contas utilizadas na empresa são levantadas no Plano de Contas que vem a ser o conjunto de contas com as quais a contabilidade lançará seus fatos contábeis conforme sua ocorrência. Cada empresa elaborará seu Plano de Contas de acordo com sua necessidade. Aliás, este deve ser o primeiro levantamento feito pela contabilidade para o funcionamento correto do setor contábil dentro da empresa.

Para que se possa realizar a escrituração propriamente dita é necessário fazer os lançamentos dos fatos contábeis nas contas patrimoniais e de resultado. Portanto, a conta é um instrumento de registro com a finalidade de reunir os fatos contábeis de mesma natureza (MARION, 2002, p. 60).

Segundo Marion (2002, p. 60), a “principal finalidade do plano de contas é a de servir de meio de orientação na escrituração contábil, sua implantação inicia-se com a criação dos principais grupos: Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido, Receitas e Despesas. Dentro dos principais grupos apresentam-se as contas propriamente ditas, cuja função é a de agrupar dentro delas todos os fatos contábeis que ocorrerem”.

As contas patrimoniais são as contas de Ativo e Passivo. As contas de Ativo representam os bens e direitos da empresa, já as contas de Passivo representam as Obrigações

da mesma. São contas patrimoniais também aqueles referentes ao Patrimônio Líquido que são as contas que apresentam os valores dos sócios e refletem a posição estática do patrimônio. Já as contas de resultado são aquelas que representam as receitas e despesas (considerando-se, custos, tributos e despesas propriamente ditas), representando a dinâmica patrimonial.

As contas do Ativo são agrupadas de acordo com o seu grau de liquidez (a capacidade de se transformar em dinheiro mais rapidamente) e aquelas contas que dificilmente serão transformadas em dinheiro, bens que normalmente não são vendidos, mas são utilizados como meio de consecução dos objetivos operacionais da empresa.

Já as contas de Passivo e Patrimônio Líquido são agrupadas de acordo com o seu vencimento, isto é, aquelas a serem liquidadas mais rapidamente serão destacadas daquelas a serem pagas num prazo mais longo. E, finalmente, as contas pertencentes ao Patrimônio Líquido que são as obrigações com os proprietários da empresa, as obrigações não exigíveis. (MARION, 2002, p. 67)

Além do Plano de Contas e dos lançamentos adequados, para registrar os fatos contábeis ocorridos em seu patrimônio, bem como atender à exigências legais e fiscais, as empresas utilizam-se de vários livros, tais como os Livros Diário, Razão e Caixa. Conforme explica o autor Santos et all (2006, p. 87) , esses livros são:

- Livro Diário: de uso obrigatório usado na escrituração contábil para reunir, em ordem cronológica, as ocorrências representativas dos fatos patrimoniais havidos em uma entidade. Neste livro devem ser lançados, dia a dia, todos os fatos contábeis, todas as ocorrências que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial da empresa. É um livro que contém todas as operações da empresa e deve ser registrado na Junta Comercial.

- Livro Razão: também de uso obrigatório destina-se ao registro sistemático dos fatos ocorridos nas contas patrimoniais e de resultados da empresa. Sua escrituração processa-se pela transcrição, conta por conta, em ordem de data, para cada conta das operações registradas cronologicamente no Livro Diário. Não necessita ser registrado na Junta Comercial.
- Livro Caixa: serve para o registro do movimento de dinheiro. Registra as variações ocorridas na conta caixa e relativas a recebimentos e pagamentos em dinheiro. Na parte do débito deste livro escrituram-se as entradas de dinheiro, na parte do crédito escrituram-se as saídas de dinheiro.

Para se entender melhor a contabilidade é necessário conhecer os regimes contábeis.

O primeiro chamado regime de competência é aquele que considera a Receita gerada em determinado exercício social, não importando o recebimento da mesma. Essencial, portanto, é quando a receita foi ganha e não quando foi recebida. Para as despesas, o que também importa é quando ela ocorreu e não quando será paga.

O outro regime é o de caixa que considera Receita, aquela efetivamente recebida, ou seja, quando ocorrer a entrada de dinheiro na empresa, pelo seu recebimento e despesa do exercício aquela que efetivamente for paga, ou seja, quando houver o desembolso de dinheiro para o seu pagamento.

3.8 CUSTOS SUBSTITUTIVOS

A contabilidade de custos, cuja função inicial era a de fornecer elementos para avaliação dos estoques e apuração do resultado, passou, nas últimas décadas, a prestar duas funções muito importantes na contabilidade gerencial: a utilização dos dados de custos para auxílio ao controle e para a tomada de decisões (SANTOS, 2006, p. 11).

No que diz respeito ao controle, a função da contabilidade de custos é fornecer informações para o estabelecimento de padrões, orçamentos ou previsões e, a seguir, acompanhar o efetivamente acontecido (realizado) com os valores previstos. (SANTOS, 2006, p. 13).

No que diz respeito à tomada de decisões, os dados da contabilidade de custos servem para o administrador mensurar as conseqüências de medidas, tais como:

- Se a capacidade de produção da fábrica é insuficiente para atender a todos os pedidos dos clientes, qual produto ou linha de produtos deve ser cortado?
- Como fixar o preço de venda de um produto?
- Deve-se continuar comprando matérias-primas de terceiros ou interessa fabricá-las na empresa? (SANTOS, 2006, p. 14).

A contabilidade de custos se preocupa, principalmente, com a economia interna da empresa, acompanhando a produção de bens e prestação de serviços, especialmente por meio da recuperação dos custos através das receitas. Assim, realiza as análises econômicas necessárias para a informação da administração. Para tal, é necessário que a contabilidade não fique restrita às normas legais e fiscais, bem como ao formalismo imposto à contabilidade financeira pela legislação societária. (SANTOS, 2006, p. 15).

Os centros de responsabilidade, ou centros de custos como são mais conhecidos, são entendidos como as unidades contábeis criadas para acumulação dos dados das transações e elementos patrimoniais da empresa. De modo geral, seguem a estrutura hierárquica da companhia. A base para a acumulação das informações contábeis é o conceito de custos e receitas controláveis homogêneas para os setores ou áreas, bem como a natureza e a estrutura organizacional que a gestão administrativa estabelece para cada empresa.

Padoveze (1997, p. 263), apresenta os principais conceitos de centros de responsabilidade para acumulação das informações contábeis e contabilidade por responsabilidade: centros de custos, de lucros e de investimentos.

Os centros de custos ou centros de despesas, de gastos, têm o conceito antigo denominado de departamentalização. São unidades contábeis de acumulação utilizadas para acumular os gastos por setor, atividade ou departamento. Em geral, segue a estrutura organizacional da empresa, seguindo a configuração de responsabilidade da hierarquia. (PADOVEZE, 1997, p. 264).

Já Figueiredo (1997, p. 213), diz que no “custeamento dos produtos, nota-se que os custos são primeiramente alocados e apropriados aos departamentos de serviço e aos departamentos de produção; a seguir, os custos dos departamentos de serviço são apropriados aos departamentos de produção, ponto principal para o qual o processo de acumulação converge, finalmente, os níveis de custos indiretos são computados para que estes sejam absorvidos no custo dos produtos”, sendo que estes departamentos são chamados de centros de custo.

Os centros de lucros ou centros de resultados são utilizados principalmente para acumular as informações contábeis das receitas, das atividades, produtos e serviços. As receitas podem ser de origem externa (clientes, consumidores finais) ou interna (transferência de serviços e produtos). Dessa maneira, um centro de lucro congrega mais de um centro de custo. Em outras palavras, as receitas de um centro de lucro são o produto da atividade de vários centros de custos. (PADOVEZE, 1997, p. 264).

Com relação aos centros de investimentos, Padoveze (1997, p. 265) afirma que os mesmos possuem autonomia que a administração central confere ao responsável pela unidade de negócio. Se a administração delegar a responsabilidade pela decisão de investimento para o gestor, o centro de responsabilidade será caracterizado como centro de investimento. Nesse

caso, o gestor além de ser responsável pelas despesas e receitas, será também responsável e terá autonomia pelos investimentos a serem feitos em sua unidade de negócio.

A implantação de um sistema de centros de custos requer a prévia estruturação das unidades de trabalho da empresa, de forma a subsidiar o processo de avaliação de desempenho e resultados, bem como gerenciar detalhadamente o processo operacional. Tais centros devem congrega apenas atividades semelhantes, afirma Ribeiro (2005, p. 163).

Confirmando o que diz Padoveze (2005, p. 164), as funções e suas ramificações podem ser inerentes a um único centro de custos, ou então ser desenvolvidas pela integração de vários deles, pois, em alguns centros, é executada apenas uma atividade, em outros, apenas uma parte delas (tarefas ou operações) e, ainda, em outros são realizadas várias atividades que podem representar o processo completo. Portanto a contabilidade colhe informações entre os diversos centros de custos ou, em cada um deles, obtém dados sobre diversas atividades ali desenvolvidas, ou, ainda, somente sobre tarefas ou operações, se estas forem distribuídas entre os vários centros. Os custos podem ser sumariados por atividades, processos, função, produtos, centros e por ciclo de vida dos produtos.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 119) analisam que a introdução de práticas ambientais, pode implicar na redução de custos, por meio da melhoria da eficiência dos processos, redução de consumos (matéria-prima, água, energia), minimização do tratamento de resíduos e efluentes e diminuição de prêmios de seguros, multas etc.

Os custos ambientais classificam-se em externos e internos. São custos externos aqueles que podem incorrer como resultado da produção ou existência da empresa. São difíceis de medir em termos monetários e geralmente estão fora dos limites da empresa. Motivar a empresa a internalizar essas externalidades é uma necessidade que se impõe. Incluem danos que são pagos a outros, como consequência de eventos ambientais, a saber:

danos na propriedade de outros, danos econômicos a outros e danos aos recursos naturais. (TINOCO; KRAMER, 2004, p. 169).

São considerados custos internos aqueles que estão relacionados diretamente com a linha de frente da empresa, e incluem os custos de prevenção ou manutenção e são mais fáceis de serem identificados. Considerando que as externalidades ambientais podem potencialmente ser maiores que os componentes do custo, os custos internos da administração ambiental podem também ser extensivos, não ser sempre definidos claramente e tendem a gerar consideráveis problemas de destinação. (TINOCO; KRAMER, 2004, p. 169).

Ao estabelecer uma estrutura de gestão ambiental, toda a organização é envolvida, promovendo a definição de funções, responsabilidades e autoridades, levando, conseqüentemente, a um aumento de motivação nos colaboradores. (TINOCO; KRAMER, 2004, p. 119).

Santos (2006, p. 17) afirma que tratando-se das despesas, as mesmas representam saídas de caixa atuais ou esperadas, provenientes das atividades principais da entidade. Elas geralmente são reconhecidas quando um ativo é consumido nas operações principais da entidade, ou quando não existe mais a expectativa de que o ativo produza benefícios futuros.

Ribeiro (2005, p. 50), considera “como despesas ambientais todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa. Qualquer empresa necessita dos serviços de um departamento de recursos humanos, ou de compras, financeiro, de recepção e almoxarifado, e essas áreas desenvolvem atividades inerentes à proteção do meio ambiente”.

Tais despesas podem conter gastos relativos a horas de trabalho (e seus respectivos encargos sociais) e insumos absorvidos nos processos de, segundo Ribeiro (2005, p. 50):

- Definição e manutenção de programas e políticas ambientais;

- Seleção e recrutamento de pessoal para o gerenciamento e operação do controle ambiental;
- Compra de insumos e equipamentos antipoluentes;
- Pagamento das compras realizadas para essa área;
- Recepção dos itens ambientais adquiridos;
- Estocagem dos insumos utilizados no controle do meio ambiente;
- Treinamentos específicos para a sua proteção;
- Auditoria ambiental.

Ribeiro (2005, p. 51) afirma ainda que os custos ambientais devem compreender todos aqueles relacionados, direta ou indiretamente, com a proteção do meio ambiente. São exemplos:

- Todas as formas de amortização (depreciação e exaustão) dos valores relativos aos ativos de natureza ambiental que pertencem à companhia;
- Aquisição de insumos próprios para controle, redução ou eliminação de poluentes;
- Tratamento de resíduos dos produtos;
- Disposição dos resíduos poluentes;
- Recuperação ou restauração de áreas contaminadas;
- Mão-de-obra utilizada nas atividades de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente.

Segundo a ONU³ (apud RIBEIRO, 2005, p. 52), custos ambientais incluem, portanto, os gastos realizados para:

³ RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005

- Prevenir, reduzir ou reparar danos ao meio ambiente, danos esses resultantes das atividades operacionais ou necessários à conservação de recursos renováveis ou não;
- Eliminar ou evitar refugos; proteger as águas; preservar ou melhorar a qualidade do ar; reduzir o barulho; remover a contaminação de prédios; pesquisar o desenvolvimento de produtos, matéria-prima ou processo de produção ambientalmente saudáveis entre outros.

Os consumos ambientais, computados no resultado do exercício, devem ser separados em operacionais e não operacionais e analisados conforme sua natureza, o tipo de negócio e porte da empresa.

Os custos serão reconhecidos como tais, na proporção em que beneficiarem o exercício em curso, sendo assim descarregados contra o resultado do exercício em que seu fato gerador ocorrer. Um custo é incorrido quando mercadorias ou serviços são consumidos ou usados no processo de obtenção da receita, e seu reconhecimento ocorre por meio do registro contábil dessas atividades. A informação de custo pode coincidir com as atividades de uso dessas mercadorias ou serviços, em algumas ocasiões será após a realização dessas atividades ou, em circunstâncias não usuais, poderá precedê-las. (ONU⁴ apud RIBEIRO, 2005, p. 54).

Os custos e despesas para controle, proteção e recuperação ambiental, via de regra, não poderão ser associados a um processo produtivo único, como também dificilmente haverá condições de determinar com precisão seu exato período de competência. Porém, com os mesmos instrumentos de aproximação que a contabilidade utiliza, para alocar certos custos entre diversos períodos (depreciação, por exemplo), poderá ela distribuir esses custos e despesas entre os períodos julgados de competência, de forma segregada. (RIBEIRO, 2005, p. 55).

Entre os custos indiretamente relacionados aos benefícios do período em curso, estão:

- Administração do controle ambiental, custos de adequação do processo operacional e de auditoria;
- Treinamento;
- Pesquisas que não podem ser associadas com benefícios futuros específicos, iniciadas com o objetivo de prevenir e reduzir danos ao meio ambiente;
- Programas de reciclagem. (RIBEIRO, 2005, p. 56).

3.9 BALANÇO SOCIAL

De acordo com a Associação Brasileira de Celulose e Papel - BRACELPA (2006), a produção de celulose e papel é uma atividade que gera desconcentração industrial e induz desenvolvimento em regiões menos dinâmicas. Os projetos florestais-industriais têm sido criados próximos a maciços florestais plantados, normalmente localizados em regiões distantes dos centros urbanos.

Segundo o Relatório Anual da BRACELPA, publicado em 2006, os recursos destinados pelo setor foram de US\$ 2,5 bilhões em 2005. (BRACELPA, 2006).

QUADRO 1 – DADOS SOCIOECONÔMICOS - 2006

Número de empresas: 220 empresas	Impostos pagos: R\$ 2,1 bilhões
Localização: 16 estados e 450 municípios	Número de empregos diretos: 110 mil
Área plantada: 1,7 milhão de hectares <ul style="list-style-type: none"> • Eucalipto: 75% • Pinus: 24% • Demais: 1% 	Ranking mundial: <ul style="list-style-type: none"> • 6º Celulose de todos os tipos • 1º Celulose fibra curta de mercado • 11º Papel
Área de florestas nativas preservadas: <ul style="list-style-type: none"> • 2,6 milhões de hectares 	Produção: <ul style="list-style-type: none"> • Celulose: 11,1 milhões de toneladas • Papel: 8,8 milhões de toneladas
Exportação: US\$ 4,0 bilhões	Participação no PIB: 1,2%
Saldo comercial: US\$ 2,9 bilhões	

FONTE: BRACELPA. **O setor brasileiro de celulose e papel.** Disponível em: <http://www.bracelpa.orb.br/br/estudantes/setor_brasileiro_celulose_papel.htm>. Acesso em 26 dez 2006.

⁴ RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2005

As empresas ao se instalarem visam a expansão de suas atividades e exploram também o exercício de cidadania comum à maioria das empresas de grande porte. Trazem para a região progresso econômico e social, melhorando a qualidade de vida da população. É no campo social que cabe o “exercício da responsabilidade social, o qual está associado à noção de sustentabilidade, conciliando esferas econômica, ambiental e social na geração de um cenário compatível à continuidade e à expansão das atividades das empresas, no presente e no futuro” (GESET, 2000, p. 4). .

Geset (2000, p. 4) complementa sua afirmação dizendo que a “concepção de responsabilidade social por parte das empresas vem sendo bastante difundida. Especialmente nos países mais desenvolvidos, as empresas enfrentam, crescentemente, novos desafios impostos pelas exigências dos consumidores, pela pressão de grupos da sociedade organizada e por legislações e regras comerciais que demandam, por exemplo, proteção ambiental, produtos mais seguros e menos nocivos à natureza e o cumprimento de normas éticas e trabalhistas em todos os locais de produção e em toda a cadeia produtiva”.

Pode-se definir Balanço Social como sendo um “instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações financeiras, econômicas, ambientais e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, seus parceiros sociais”. (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 28).

Deve ser publicado anualmente pela empresa, apesar de não obrigatório (e o Conselho Federal de Contabilidade já haver publicado a Resolução 1.003/04 que aprova a NBC T 15 que trata da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental), um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa. (BALANÇO SOCIAL, 2006).

O balanço social, como instrumento de divulgação deste tipo de informação, pode contribuir para reforçar a imagem institucional de corporações ou das marcas e produtos e elas associados, na medida em que se apresente não apenas como mais um atributo de marketing, mas como um demonstrativo da efetiva responsabilidade social assumida e praticada pela empresa e, como tal, entendida e reconhecida pela sociedade. (GESET, 2000, p. 7).

O balanço social contempla também, uma série de informações de caráter qualitativo; dentre as mais importantes, destacam-se as relativas à ecologia, em que se evidenciam os esforços que as empresas vêm realizando para não afetar a fauna, a flora e a vida humana, vale dizer, as relações da entidade com o meio ambiente; ao treinamento e à formação continuada dos trabalhadores; às condições de higiene e segurança na empresa; às relações profissionais; às contribuições das entidades para a comunidade, explicitando a responsabilidade social e corporativa das organizações. (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 88).

No balanço social a empresa mostra o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida para todos. Ou seja, sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente. (BALANCOSOCIAL, 2006)

A lei estipula, desde logo, que as empresas possuidoras de 300 ou mais trabalhadores, elaborem anualmente o balanço social. Este deve vir acompanhado de informação relativa aos dois últimos anos (TINOCO, 2006, p. 31).

O Balanço social deve ser feito segundo o site balancosocial.org.br, porque :

- É ético;

- Agrega valor trazendo um diferencial para a imagem da empresa que vem sendo cada vez mais valorizado por investidores e consumidores no Brasil e no mundo;
- Diminui os riscos, pois num mundo globalizado, onde informações sobre empresas circulam em mercados internacionais em minutos, uma conduta ética e transparente deve fazer parte da estratégia de qualquer organização nos dias de hoje;
- É um moderno instrumento de gestão;
- É um instrumento de avaliação; e
- É inovador e transformador.

3.9.1 História

Desde o início do século XX registram-se manifestações a favor deste tipo de comportamento. Contudo, foi somente a partir dos anos 60 nos Estados Unidos e no início da década de 70 na Europa, particularmente na França, Alemanha e Inglaterra, que a sociedade iniciou uma cobrança por maior responsabilidade social das empresas e consolidou-se a própria necessidade de divulgação dos chamados balanços ou relatórios sociais.

Na França, várias experiências consolidaram a necessidade de uma avaliação mais sistemática por parte das empresas no âmbito social. Até que em 12 de julho de 1977, foi aprovada a lei 77.769, que tornava obrigatória a realização de balanços sociais periódicos para todas as empresas com mais de 700 funcionários. Este número caiu posteriormente para 300.

No Brasil, as mudanças de mentalidade empresarial já podem ser notadas a partir da “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, publicada em 1965, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil). Na década de 80, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) chegou a elaborar um modelo. Porém, só a partir do início dos anos 90 é que algumas empresas passaram a considerar esta

questão e divulgar sistematicamente em balanços e relatórios sociais as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários.

Desta forma, o balanço social da Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia, realizado em 1984, é considerado o primeiro documento brasileiro do gênero, que carrega o nome de balanço social. No mesmo período, estava sendo realizado o balanço social do Sistema Telebrás, publicado em meados da década de 80. O Banespa, que o publicou em 1992, compõe a lista das empresas precursoras em balanço social no Brasil.

A função principal do balanço social da empresa é tornar pública sua responsabilidade social. Isto faz parte do processo de mostrar com transparência para o público em geral, para os atentos consumidores e para os acionistas e investidores o que a empresa está fazendo na área social.

Assim, desde meados de 1997 o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase) vêm chamando a atenção dos empresários e toda a sociedade para a importância e a necessidade da realização do balanço social das empresas em um modelo único e simples.

Com uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social, Betinho tentou mostrar aos empresários e a toda a sociedade a necessidade da realização do relatório, acelerando o processo de tomada de consciência quanto à importância desse instrumento de transparência e de diálogo aberto. De lá para cá, entidades como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a Aberje – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial aprofundaram os debates, intensificando o movimento pela publicação de balanços sociais. Hoje, muitas companhias já adotam a prática, mas ainda há um longo caminho a percorrer – embora o Brasil desponte como um dos países mais avançados da América Latina na discussão da responsabilidade social corporativa.

Em 1997, o tema passou a ser objeto do Projeto de Lei número 3.116 de autoria das deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, estabelecendo a obrigatoriedade da publicação do balanço social para as empresas privadas com mais de 100 funcionários e para todas as empresas públicas, concessionárias e permissionárias de serviços públicos. Atualmente, o projeto tramita no Congresso Nacional após arquivamento temporário por conta do final das legislaturas passadas, tendo sido representado pelo Deputado Paulo Rocha. (GESET, 2000, p. 8).

Paralelamente, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apresentou, em audiência pública proposta de inclusão do balanço social nas demonstrações financeiras já exigidas das empresas de capital aberto, não tendo havido consenso na época quanto ao encaminhamento da matéria. No momento, a CVM vem elaborando um projeto de lei que prevê alterações e inovações nas informações contábeis divulgadas pelas sociedades anônimas e limitadas. Dentre estas, destaca-se a obrigatoriedade da divulgação do balanço social por empresas de grande porte, que tenham faturamento anual superior a R\$ 150 milhões e ativos de mais de R\$ 120 milhões, mesmo que não tenham capital aberto. (GESET, 2000, p. 8).

3.9.2 Objetivos do Balanço Social

A contabilidade tem entre seus objetivos, refletir a realidade patrimonial, e para tal, procura apresentar por meio do sistema de informações contábeis, um conjunto de demonstrações capazes de suprir as necessidades informativas de seus usuários. Esse sistema, por sua vez, vem tradicionalmente sendo constituído por informações de ordem financeira, econômica e patrimonial, não atendendo aos anseios dos usuários interessados em informações de cunho social e ecológico.

Nessa perspectiva, surge o Balanço Social, demonstração que tem como objetivo genérico suprir as necessidades de apresentação de informações de caráter social e ecológico.

Especificamente, tem como objetivos:

- a) Revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- b) Evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população;
- c) Abranger o universo das interações sociais entre clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidade e outros;
- d) Apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- e) Formar um banco de dados confiável para a análise e tomada de decisão dos mais diversos usuários;
- f) Ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade;
- g) Contribuir para a implementação e manutenção de processos de qualidade, sendo a própria demonstração do Balanço Social um parâmetro para tal;
- h) Medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade dos negócios; no amanhã da entidade; na marca/*goodwill*, na imagem do negócio;
- i) Verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão (fase da gestão participativa);
- j) Servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários;

- k) Melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional, numa perspectiva de confirmar a regularidade da gestão identificada com o gerenciamento social e ecologicamente correto;
- l) Clarificar os objetivos e as políticas administrativas, julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais. (KROETZ, 2000, p. 80).

3.9.3 Limites do Balanço Social

Kroetz (2000, p. 84) afirma que o Balanço Social é uma demonstração da responsabilidade social e ecológica da entidade, a qual irá correlacionar de maneira mais direta a organização com a sociedade, devendo observar alguns pressupostos no que concerne ao conjunto de informações a serem divulgadas. Para tal, apresentam-se alguns limites inerentes a essa demonstração:

- Privacidade: a demonstração do balanço social não deve atentar contra os direitos em termos de privacidade dos indivíduos ou das instituições. Todas as informações devem ter o consentimento das partes interessadas a não ser em caso de exigência da legislação.
- Sigilo: não apresentar informações que são de caráter essencial para a organização, transformando-se em vantagens comparativas, as quais, se divulgadas, poderão comprometer a eficácia e a própria continuidade da entidade.
- Subjetividade: o balanço social deverá retratar somente a verdade, sendo vedada a publicação de informações subjetivas ou elementos de caráter especulativo. Dessa forma opiniões, suposições, entre outras, não merecem publicação, a fim de não

criarem possíveis interpretações errôneas que venham a prejudicar os usuários e a própria organização em suas análises e tomada de decisão.

- Uniformidade ou consistência: diversas são as formas de demonstração das informações de ordem social e ecológica. A entidade deverá optar pela maneira mais fácil e compreensível, evitando erros de interpretação e transformando o balanço social em um instrumento qualitativo. A uniformidade também é importante para as comparações entre um balanço e outro, objetivando acompanhar a evolução de seus componentes. Cabe ressaltar que a entidade deve seguir, basicamente, a mesma metodologia na elaboração dos sucessivos balanços, permitindo o estudo comparativo de diferentes publicações.
- Utilidade: informar por informar não atende aos anseios do balanço social. A informação em sentido amplo pode ser definida como o “conteúdo de uma mensagem que seja capaz de causar surpresa ao receptor e levar a desencadear uma ação”. A quantidade de informação não é relevante, mas sim sua qualidade. Para tal, exige-se que a construção dessa demonstração vá ao encontro com as necessidades dos mais diversos usuários, implicando na identificação de um ponto de equilíbrio entre a quantidade e a qualidade da informação.
- Economicidade: a demonstração do balanço social não deve gerar gastos absurdos, em que o custo seja superior ao benefício da informação. A preparação do balanço social deve abranger informações relevantes, porém de forma econômica.

3.9.4 Usuários do Balanço Social

Os usuários do Balanço Social podem ser, segundo Kroetz (2000, p. 87) :

- **Trabalhadores:** as informações contidas na demonstração do balanço social podem proporcionar aos trabalhadores subsídios para negociações com a categoria patronal. Também são importantes por apresentar indicadores que revelam a influência que a entidade exerce sobre a sociedade e principalmente, por divulgar as ações desenvolvidas em benefício do quadro funcional, além de construir um conjunto de características que representam o perfil de seus funcionários (faixa etária, nível de absenteísmo, faixas salariais, qualificação, escolaridade etc.).
- **Acionistas:** oferece um conjunto de informações que complementam as demonstrações contábeis registrando ações na área social e ecológica na base temporal passado/presente/futuro, permitindo maior segurança na tomada de decisão em relação a seus investimentos.
- **Diretores/Administradores:** contribui por se constituir em um instrumento de controle, de planejamento e de tomada de decisão, permitindo identificar tendências e oportunidades internas e externas, desencadeando, assim, ações capazes de melhorar os dois ambientes. O balanço social, na realidade, oferece subsídios para que sejam julgados os corpos diretivos, não apenas em função dos resultados econômicos, mas também dos resultados sociais e ecológicos.
- **Fornecedores:** demonstra as políticas implementadas na área social e ecológica, aumentando sua confiabilidade em relação à entidade com a qual negociam.
- **Clientes:** apresenta uma realidade diversa da comumente divulgada, em que terão a oportunidade de conhecer as políticas da entidade, suas ações que têm influência no ambiente social e ecológico, sua relação com os funcionários etc., permitindo ao cliente traçar um perfil da entidade, e possibilitar assim, maior tranquilidade na opção do produto e/ou serviço pretendido.

- **Sociedade:** por meio de órgãos legais concede a possibilidade às entidades de exercer suas atividades, tendo a obrigação e o direito de fiscalizar as ações desenvolvidas por tais organizações, com o intuito de identificar possíveis danos e abusos praticados contra a própria sociedade e contra o meio ambiente. O balanço social desenvolve-se com a intenção de suprir tal necessidade informativa, deixando a comunidade a par dos acontecimentos favoráveis e desfavoráveis, internos e externos, decorrentes da atividade desenvolvida.
- **Governos:** o poder público poderá preparar um vasto banco de dados, confiável, possibilitando a geração de informações preciosas por segmentos sociais, por atividades, por região etc., permitindo o desenvolvimento de planos estratégicos (plano plurianual, orçamentos etc.) consubstanciados na realidade. Também poderá verificar os tributos recolhidos, bem como o potencial de arrecadação dos mais variados segmentos, principalmente se tomar como base a Demonstração do Valor Adicionado. Assim, o balanço social surge como um instrumento de apoio para o planejamento e a tomada de decisão governamental, apresentando a realidade e as tendências, em termos de ações sociais e ambientais, podendo inclusive controlar e incentivar as entidades, as quais influenciam diretamente na sociedade e no meio ambiente.
- **Estudiosos:** a agregação dos diversos balanços sociais irá gerar um gigantesco banco de dados, o qual servirá de subsídios para a melhor compreensão da realidade, desencadeando o estudo e desenvolvimento de novas pesquisas, sejam na área econômica, na ecológica, na contábil, na administrativa, na social etc.
- **Concorrentes:** aproveitam tais dados para investigar a vida da entidade divulgadora, projetando o nível de competitividade, novas tendências, distribuição do mercado,

formas de financiamento, outras ações desenvolvidas em termos de responsabilidade social e ambiental.

- Sindicatos: aproveitam as informações para aprimorar o processo de negociação com a classe empresarial, bem como para verificar as ações implementadas na área social, que dizem respeito ao quadro de associados.

3.9.5 Fontes de informação

O balanço social sobrepõe-se a uma estrutura organizacional concebida para outros objetivos. Os serviços operacionais (abastecimento, produção, vendas, distribuição...) preparam as informações de gestão, que são transmitidas ao longo da hierarquia na empresa. Tinoco (2006, p. 40) afirma que os serviços funcionais (pessoal e contabilidade) têm tripla vocação:

- Emitem informações de base como os outros setores da organização.
- Tratam as informações provenientes dos outros setores visando à tomada de decisão pela gerência.
- Elaboram e difundem os documentos destinados ao exterior da empresa.

Os departamentos que devem participar da elaboração do Balanço Social são o Departamento Pessoal, que apresentará as informações sobre todos os seus funcionários, bem como informações sobre treinamento, formação e desenvolvimento, registros, salários entre outros; e o Departamento Contábil que prestará as informações quantitativas necessárias e o qual tem acesso a todos os outros setores da empresa.

3.9.6 O modelo

O modelo que servirá de base para a esquematização do Balanço Social na empresa IBEMA, será o do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Por entender que a simplicidade é a garantia do envolvimento do maior número de corporações, o Ibase, em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com vários setores da sociedade, desenvolveu um modelo que tem a vantagem de estimular todas as empresas a divulgar seu balanço social, independente do tamanho e setor.

Este modelo vai servir para avaliar o próprio desempenho da empresa na área social ao longo dos anos, e também para comparar uma empresa com outra, pois segundo a NBC T 15, item 1.5.1.5 “a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior”.

3.10 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Segundo Neves e Viceconti (2000, p. 261) “valor adicionado ou valor agregado representa a riqueza criada por uma entidade num determinado período de tempo (geralmente, um ano)”. Este valor vem a ser o total da produção de bens e serviços, menos o custo dos recursos adquiridos de terceiros, necessários a essa produção, e de que forma estes valores estão sendo distribuídos entre os grupos sociais que participam da empresa, isto é, distribuídos entre os seus departamentos sociais. O valor adicionado refere-se aos grupos de quanto desse valor é distribuído ao governo, aos colaboradores, aos acionistas, à terceiros e quanto dele é retido na empresa.

A Demonstração do Valor Adicionado faz parte do Balanço Social e deve ser entendida como um instrumento auxiliar para medir e demonstrar a capacidade da empresa em distribuir sua riqueza.

Neves e Viceconti (2000, p. 161) afirmam que a necessidade da DVA surgiu tendo em vista que:

- A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) identifica apenas qual a parcela da riqueza criada que efetivamente permanece na empresa na forma de lucro, logo não identifica as demais gerações de riquezas (valores adicionados ou agregados);
- As demais demonstrações financeiras também não são capazes de indicar quanto de valor (riqueza) a entidade está adicionando ou agregando às mercadorias ou insumos que adquire; e
- As demonstrações mencionadas não identificam, ainda, quanto e de que forma foram distribuídos os valores adicionados ou agregados (ou seja, não identificam de que forma foram distribuídas as riquezas criadas pela empresa).

A Resolução 1.010 de 21/01/2005, que aprova a NBC T. 3 .7 do Conselho Federal de Contabilidade, resolve que as informações necessárias ao preenchimento da DVA virão da contabilidade e deverão seguir o princípio da competência. Deverá também ser apresentada de forma comparativa, assim como todas as demonstrações contábeis existentes. Ela, quando divulgada, deve ser feita de forma complementar às Demonstrações contábeis e não deve-se confundi-la com as Notas Explicativas.

A Demonstração do Valor Adicionado deve evidenciar os seguintes componentes: a receita bruta e as outras receitas, os insumos adquiridos de terceiros, os valores retidos pela entidade, os valores adicionados recebidos em transferência a outras entidades, o valor total adicionado a distribuir e a distribuição deste valor adicionado, que será feito entre:

- a) Colaboradores - devem ser incluídos salários, férias, 13º salário, FGTS, seguro de acidentes de trabalho, assistência médica, alimentação, transporte, etc., apropriados ao custo do produto ou ao serviço vendido ou ao resultado do período, exceto os encargos com o INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAT, SENAC e outros assemelhados. Fazem parte desse conjunto também, os valores representativos de comissões, gratificações, participações, planos privados de aposentadoria e pensão, seguro de vida e acidentes pessoais.
- b) Governo - devem ser incluídos impostos, taxas e contribuições, inclusive as contribuições devidas ao INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAT, SENAC e outros assemelhados, imposto de renda, contribuição social, ISS, CPMF, todos os demais tributos, taxas e contribuições. Os valores relativos a ICMS, IPI, PIS, Cofins e outros assemelhados devem ser considerados os valores devidos ou já recolhidos aos cofres públicos, representando a diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados dentro do item "Insumos adquiridos de terceiros". Como os tributos são normalmente, contabilizados no resultado como se devido fossem, e os incentivos fiscais, quando reconhecidos em conta de reserva no patrimônio líquido, os tributos que não forem pagos em decorrência de incentivos fiscais devem ser apresentados na Demonstração do Valor Adicionado como item redutor do grupo de tributos.
- c) Agentes financiadores - devem ser consideradas, neste componente, as despesas financeiras relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, entidades do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo os custos e despesas com leasing) pagos ou creditados a terceiros.
- d) Acionistas - incluem os valores pagos ou creditados aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio ou dividendos. Os juros sobre o capital próprio apropriados ou

transferidos para contas de reservas no patrimônio líquido devem constar do item "Lucros retidos".

- e) Participação dos minoritários nos "Lucros retidos" - deve ser incluído neste componente, aplicável às Demonstrações Contábeis Consolidadas, o valor da participação minoritária apurada no resultado do exercício, antes do resultado consolidado.
- f) Retenção de lucro - deve ser indicado neste componente o lucro do período destinado às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 MATERIAIS

As informações necessárias para este trabalho foram obtidas por meio de levantamento junto à empresa florestal IBEMA Companhia Brasileira de Papel, localizada na cidade de Turvo, na região central do estado do Paraná, a qual utiliza serviços contábeis e tem uma preocupação relevante com as variáveis ambientais e com seu papel social perante a comunidade.

Os dados referentes ao levantamento de dados sobre custos substitutivos de passivos ambientais voltados para o setor florestal foram levantados através de bibliografia e pesquisas no Departamento contábil da empresa em questão.

As demais informações foram levantadas junto aos órgãos responsáveis de cada setor como a própria empresa, CFC (Conselho Federal de Contabilidade), EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), IAP (Instituto Ambiental do Paraná), SEMA (Secretaria do Meio Ambiente), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ASSEFLOR (Associação das Empresas de Exploração Florestal), entre outros.

4.1.1 Papel e Celulose

O Brasil presenciou, desde a II Guerra Mundial, um grande crescimento na produção de celulose e papel. Os fatores que levaram a esse crescimento foram, inicialmente, o apoio institucional dado pelo governo federal (através dos incentivos fiscais e cambiais concedidos no processo de substituição de importações através do BNDES, concedendo crédito subsidiado e participação acionária nas empresas de celulose e papel), o crescimento da demanda internacional por celulose e papel e, no período inicial dessa expansão, a existência

de uma grande oferta de madeira proveniente de matas nativas (principalmente das matas de araucárias). Com esse grande crescimento da indústria de papel e celulose, o Brasil passou de importador líquido desses produtos para exportador líquido. (BACHA, 2001, p. 96).

Atualmente, a totalidade da madeira utilizada na produção de celulose e papel no Brasil provém de árvores plantadas, principalmente as dos gêneros Eucaliptus e Pinus. O rápido ciclo de crescimento dessas espécies exóticas, em relação ao que se tem nos países de origem dessas espécies, é elemento que atuou como impulsionador do crescimento das empresas de celulose e papel, à medida que se extinguíam as matas nativas passíveis de uso. (BACHA, 2001, p. 97).

Segundo dados da BRACELPA (Associação Brasileira de Celulose e Papel), o setor brasileiro é composto por 220 empresas localizadas em 450 municípios, em 16 estados, sendo que 35 empresas são exportadoras habituais. O total de área plantada é de 1,7 milhão de hectares, sendo 75% de eucalipto, 24% de pinus e 1% de demais plantas exóticas. Atualmente o país possui 2,6 milhões de hectares de florestas nativas preservadas. Os dados referentes às exportações são de US\$ 3,4 bilhões e o saldo comercial é de US\$ 2,5 bilhões em 2005.

Ainda segundo a BRACELPA, o valor de impostos recolhidos no setor, durante o ano de 2005, foi de R\$ 2,1 bilhões, com 110 mil empregos diretos. A produção foi de 10,4 milhões de toneladas de celulose e de 8,6 milhões de toneladas de papel, com uma participação no PIB de 1,2%. A produção no Brasil localiza-se no ranking mundial em 7º lugar em celulose de todos os tipos, 1º lugar em celulose fibra curta de mercado e 11º em papel.

Os investimentos realizados pelo setor nos últimos anos permitiram o desenvolvimento tecnológico de processos e produtos de maior valor agregado, a melhoria ambiental e a racionalização industrial das empresas brasileiras do setor. Isto possibilitou às empresas atingir os padrões internacionais de qualidade de produtos, de produtividade e de

proteção ao meio ambiente, tanto na atividade florestal quanto industrial, cada vez mais restritos e exigentes, e a criar produtos diferenciados, que exigem empenho em desenvolver e absorver tecnologia e esforços de capacitação tecnológica. (BRACELPA, 2006)

4.1.2 Município

Turvo é hoje, uma região essencialmente agrícola e extrativista, localizado na região centro-oeste paranaense, com uma superfície de 914 km quadrados, sendo que 16.838 hectares são de terra indígena, distante a 306 km de Curitiba. Sua população é de aproximadamente 14.531 habitantes, distribuídos em 4.179 na área urbana e 10.352 na área rural, segundo dados do Censo de 2000. Em áreas de reflorestamento o município possui 3.405 hectares e em matas nativas 16.000 hectares.

A sua vegetação é composta da Floresta Ombrófila Mista Alto Montana, destacando-se a expressiva presença de Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*), o qual é símbolo do município, pois o mesmo possui a maior reserva de araucária nativa do Estado. Também pode ser destacada a ocorrência de Imbúia (*Ocotea porosa*), erva mate (*Ilex paraguariense*), e das Mirtáceas tais como os guamirins, jabuticabeira etc, as quais em conjunto formam uma paisagem que imprime uma característica particular a esse tipo de vegetação – “mata preta”.

A base mais forte de sua economia são a agricultura e pecuária, extrativismo vegetal e indústrias primárias. O comércio oferece serviços básicos nos segmentos de alimentação, medicamentos, vestuário, construção civil, autopeças, tendo maior concentração de estabelecimentos na área urbana. A participação das atividades de agropecuária no PIB é de 30%, da indústria, 34% e de serviços 36%, de acordo com o Censo de 2000.

A produção agrícola com destaques no cultivo de arroz sequeiro, aveia branca, cevada, feijão das águas, feijão das secas, milho, soja e trigo. Tem também a erva-mate como uma das

principais culturas da região, numa área de quatro mil hectares de cultivo nativo e 100 hectares plantados. Já a atividade industrial de maior concentração é a madeireira, considerando que as demais são dependentes de matéria-prima oriunda da própria região.

A população economicamente ativa é composta por 8.511 pessoas e uma renda per capita de R\$ 28,00 por mês.

4.1.3 Caracterização da empresa

- Nome da Empresa: IBEMA
- Razão Social: IBEMA Cia Brasileira de Papel
- CNPJ: 80.228.885/0005-43
- Ramo de atividade: indústria de papel
- Porte da empresa: grande
- Atividade principal: fabricação de papel
- Atividade secundária: exploração de florestas e comercialização de madeiras
- Endereço: Faxinal do Boa Vista – CEP 85150-000 Turvo/PR
- Telefone: (42) 3642-8000
- E-mail: admturvo@ibema.com.br
- Site: www.ibema.com.br

4.1.4 Produtos fabricados

- a) Ibema Speciala: características

QUADRO 2 – PROPRIEDADES DO IBEMA SPECIALA (GC 1)

CARACTERÍSTICAS							
Gramatura g/m ²	200	225	250	275	300	325	350
Espessura microns	296	338	380	424	470	525	580
ESPECIFICAÇÕES DE ENTREGA							
Bobinas							
Tubete: 12",305mm							
Diâmetro padrão: 1.200mm							
Diâmetro especial: 1.500mm – sob consulta							
Largura mínima: 300mm							
Largura máxima: 2.520mm							
Formatos							
Largura mínima: 300mm							
Largura máxima: 1.400mm							
Comprimento mínimo: 500mm							
Comprimento máximo: 1.500mm							

FONTE: Ibema Companhia Brasileira de Papel. Balanço Social, 2001.

b) Ibema Supera: características

QUADRO 3 – PROPRIEDADES DO IBEMA SUPERA (GC 2)

CARACTERÍSTICAS							
Gramatura g/m ²	200	225	250	275	300	325	350
Espessura microns	311	351	400	450	510	567	624
ESPECIFICAÇÕES DE ENTREGA							
Bobinas							
Tubete: 12”,305mm							
Diâmetro padrão: 1.200mm							
Diâmetro especial: 1.500mm – sob consulta							
Largura mínima: 300mm							
Largura máxima: 2.520mm							
Formatos							
Largura mínima: 300mm							
Largura máxima: 1.400mm							
Comprimento mínimo: 500mm							
Comprimento máximo: 1.500mm							

FONTE: Ibema Companhia Brasileira de Papel. Balanço Social, 2001.

c) Ibema Pack Plus: características

QUADRO 4 – PROPRIEDADES DO IBEMA PACK PLUS (WLC)

CARACTERÍSTICAS								
Gramatura g/m ²	180	200	225	250	275	300	325	350
Espessura microns	Sob consulta	300	341	381	419	456	497	540
ESPECIFICAÇÕES DE ENTREGA								
Bobinas								
Tubete: 12”,305mm								
Diâmetro padrão: 1.200mm								
Diâmetro especial: 1.500mm – sob consulta								
Largura mínima: 300mm								
Largura máxima: 2.520mm								
Formatos								
Largura mínima: 300mm								
Largura máxima: 1.400mm								
Comprimento mínimo: 500mm								
Comprimento máximo: 1.500mm								

FONTE: Ibema Companhia Brasileira de Papel. Balanço Social, 2001.

4.1.5 Localização

A empresa está localizada na região central do estado do Paraná, a 60 km de Guarapuava e 295 km de Curitiba, no município de Turvo que abrange uma área de 93.625 km².

A localização da fábrica, unidade de Turvo, foi escolhida em uma região onde o uso adequado dos recursos hídricos e de matéria-prima permite um diferencial competitivo em relação aos concorrentes.

Ao escolher a região de Turvo para sua instalação, a empresa agregou três importantes fatores para a produção de papel cartão: a localização estratégica – tanto no que se refere à

extração de matéria-prima, quanto às facilidades de exportação para o Mercosul; a disponibilidade de área para a estruturação de florestas renováveis próprias e, por fim, a existência de recursos hídricos para a instalação de hidrelétricas.

A unidade de Turvo produz 100% de toda a energia consumida, aproveitando os recursos hídricos e a topografia da região, através de duas PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, que geram juntas 12 MW, equivalente ao consumo de uma cidade de 120.000 habitantes. Além disso, tem potencial hidráulico para ampliação de sua capacidade de geração.

4.1.6 Reflorestamento

O gerenciamento adequado à área de plantio gera condições de auto-abastecimento do processo produtivo, garantindo também a utilização de madeira unicamente de reflorestamento.

Além da conservação das áreas existentes, a empresa está sempre investindo em reflorestamento e aquisição de novas áreas, visando futuras ampliações de suas capacidades produtivas, sem descuidar dos mais completos estudos de impactos ambientais e preservação da fauna, ictiofauna e flora nativa.

Para fornecimento de sua matéria-prima básica, a madeira, a empresa IBEMA Empreendimentos Florestais Ltda., possui reservas para mais 15 anos, com 46 milhões de metros quadrados reflorestados, distribuídos em várias fazendas, que garantem o abastecimento de matéria-prima e insumos, respeitando ecologicamente o meio ambiente.

Atualmente, possui cerca de 8 mil hectares de áreas denominadas rurais, dos quais 5 mil são plantados com reflorestamento e 3 mil destinados à preservação permanente e reserva

legal. As suas florestas são compostas por árvores, principalmente pinus, de 1 a 25 anos de idade.

Os Investimentos nessa área, incluindo a aquisição de novas terras, o plantio de pinus e a extração da madeira, giram em torno de R\$ 550 mil anuais, em média. A administração das áreas florestais fica a encargo da unidade de empreendimentos florestais., responsável pelo abastecimento de matéria-prima (toretas de madeira para pasta mecânica) e insumos (materiais energéticos para caldeiras).

Faz parte da política da empresa buscar parcerias com instituições capazes de proporcionar condições para o plantio de mudas de pinus em terras não pertencentes à empresa. É uma forma de promover o desenvolvimento e o aumento de renda dos produtores de Turvo e arredores, ao mesmo tempo em que garante a ampliação da indústria de base florestal no município.

Uma dessas parcerias foi firmada, em 1999, com o IAF – Instituto Agroflorestal, com a qual a empresa desenvolve o Programa de Reflorestamento de Pinus em Ambiente Florestal. A empresa fornece as mudas e os insumos para o plantio, além de garantir a compra da madeira no futuro. Os donos das terras entram com o acompanhamento e o corte das árvores.

O objetivo do Programa é fornecer 200 mil mudas para serem plantadas em 100 hectares. O primeiro corte deverá ocorrer em 2007.

4.1.7 Processo Produtivo

Trabalhando de forma integrada - floresta, madeira e pasta mecânica - a empresa está hoje muito bem posicionada entre os maiores fabricantes nacionais de papel cartão. Com a inauguração da Máquina 3, sua capacidade instalada chega a 108.000 toneladas/ano, o que a coloca como a 2ª maior empresa produtora do Brasil.

O contínuo aprimoramento e padronização de produtos atingiram padrões internacionais, o que garante a colocação da produção em todo mercado nacional e exportação para os demais países do Continente Americano, além de Europa, África e Ásia. Situada dentro de uma área de 627 hectares, com geração de energia própria, esta unidade tem capacidade para a produção de 300 toneladas diárias.

A indústria utiliza celulose de eucalipto e pasta de alto rendimento de pinus como matérias-primas principais na composição de seus produtos. Com o conhecimento acumulado na fabricação de sua própria pasta mecânica SGW a empresa obtém características físicas únicas de bulk e rigidez. O papelcartão produzido é utilizado em embalagens diversas nos segmentos farmacêuticos, cosméticos, perfumaria, higiene pessoal, limpeza, calçados, vestuário, alimentícios, automotivo, brinquedos, acoplamentos e muitos outros.

A política de qualidade da empresa é a de satisfazer o cliente entregando produtos dentro das especificações, com segurança de fornecimento e atendimento aos seus requisitos, adotando sempre a prática de:

- a) Desenvolver seus produtos, otimizando o seu desempenho na utilização e a melhoria contínua do SGQ (Sistema de Garantia de Qualidade).
- b) Garantir a qualidade, adequar custos e atingir metas e resultados estabelecidos.
- c) Promover parcerias estáveis com fornecedores e clientes.
- d) Qualificar os colaboradores para o exercício das suas funções.
- e) Conviver de maneira harmônica com o meio ambiente.

O processo produtivo engloba alguns produtos que são matérias-primas principais: celulose, pasta mecânica e produtos químicos, os quais incluem algumas substâncias altamente tóxicas como é o caso da soda cáustica e caulim (pouco tóxico). O processo

produtivo começa pela desintegração da matéria-prima, os toretes cortados no mato e pelas pedras que os transformam em pasta mecânica.

Em seguida, à pasta, são agregados outros produtos secundários, inclusive celulose para dar brilho e lisura ao papelcartão, além de outros produtos que ajudam a dar liga como cola, tintas etc.

Terminado o processo produtivo sobram resíduos que recebem tratamento em um departamento chamado Estação de Tratamento de Efluentes – ETE. Esta unidade é responsável por purificar a água para que ela possa retornar ao rio. Após tratada, a mesma passa por processo de análise para saber se toda a carga de produtos tóxicos foi retirada. Feito diariamente, a água volta tratada para o rio, sem carga nenhuma de poluentes.

O papelcartão é caracterizado por ter três camadas. A capa de um caderno, por exemplo, é um cartão. Ele tem uma camada branca por cima, uma camada marrom apresentada em baixo. Na camada branca vai a celulose que é o material que aparece no caderno. Nas outras camadas há uma infinidade de matérias-primas que podem ser utilizadas dependendo da aplicação final do produto. Podem ser aparas de vários tipos, aparas de ondulado, de cartolina, brancas, de jornal, cada fabricante tem uma receita típica. No processo produtivo da referida empresa usa-se celulose na camada branca, aparas de pasta mecânica na camada intermediária e aparas na camada reversa, na camada de baixo.

Existem vários tipos de cartão. A empresa produz três deles: a linha duplex e a linha triplex. A linha duplex leva celulose na camada branca, que é a camada de cima, na camada do meio leva pasta mecânica e aparas e na camada de baixo só aparas (papel reciclado). Nas linhas Supera e Speciala tem-se dois tipos de cartão: um só pode ser com matéria-prima virgem, é feito celulose na camada de cima, celulose na camada de baixo e a camada do meio é com pasta mecânica fabricada dentro da própria empresa. O que diferencia os dois produtos é a quantia de celulose que tem no verso, um é mais grosso que o outro. A linha que é a mais

nobre que chama specialla é destinado à perfumaria, cosméticos, farmacêutico, e alguns alimentos especiais. A linha supera é aplicada a vários outros segmentos, que vão desde pressões de maior nível de qualidade como calçadistas, alimentos que podem estar em contato direto com a embalagem, tem uma infinidade de aplicações, a linha de pasta de dentes, vinhos, lâmpadas, brinquedos.

O processo produtivo começa com a área florestal, onde planta-se o pinus. O reflorestamento é basicamente de pinus eliotis, e quando este atinge a maturidade necessária, a árvore é cortada, descascada e convertida em pasta mecânica. Na fábrica, é como se esta pasta fosse moída, ralada, e transformada em fibra. Passando pelo sistema de depuração, retira-se impurezas como palitos, fiapos de madeira, resíduos de casca que não servem para o papel. Finalmente a polpa, massa limpa, segue para a máquina de papel para fazer a camada do miolo.

A celulose é adquirida dos fornecedores do mercado nacional, bem como as aparas do tipo ondulado que podem ter uma camada de kraft ou não, caixas de televisão, geladeira, máquinas de lavar roupa. Estas aparas vêm para a fábrica e são desagregadas num equipamento que nada mais é do que um liquidificador gigante. Passa ainda pelo sistema de depuração, peneiras, onde são tirados os grampos, clips, resíduos de plástico, metais, areia de uma maneira geral. Finalmente, segue para a máquina de papel.

Nesta máquina, há vários tanques: um que armazena a camada branca, celulose, um que armazena a camada que vai no miolo e outro que armazena só a camada do verso, que pode ser celulose no caso do papel speciala ou do supera, ou aparas no caso do pack plus. Depois disso a massa está pronta para fazer o papel. Existem porém, algumas propriedades não providas pela fibra, material de produto acabado. Esse papel vai passar por diferentes aplicações com diferentes recortes mecânicos. Adiciona-se então, uma série de agentes químicos, cada um com uma finalidade específica, tais como amido, soda, caulim, cola,

sulfato de alumínio, anti-espumante, para que se consiga uma propriedade específica desse papel.

Amido por exemplo, com ligações de poli-hidrogênio, potencializa a ligação de fibras aumentando a resistência, ou seja, ele vai resistir melhor a ação de rasgo, tração, esforços mecânicos a que essa embalagem poderá ser submetida. Assim os demais produtos químicos. Cola, por exemplo, para controlar a absorção de água. O papel sofrerá tração com o tipo de impressão, duas, três, seis cores, mais verniz de alto brilho, ou diferentes tipos de verniz. É importante, portanto, que a absorção desse produto seja controlada. Se o material absorver muito ficará um material fosco, se ele não absorver nada a tinta não seca na superfície e se solta.

Depois da adição dos produtos químicos a massa segue para a máquina de papel com três mesas planas: uma faz a camada branca, outra faz a camada do meio, e a terceira faz a camada de baixo. Estas três camadas se juntam, são coladas na máquina, com adição de amido. Passam pela secagem, e em seguida, aplica-se uma camada de revestimento couchê, que é branco, cuja finalidade é de alisar, de torná-la mais branca e mais brilhante para fazer com que a impressão seja realçada.

Finalmente o papel é acabado e segue para corte, que, conforme a especificação do cliente se fornece em bobina de n tamanhos, ou em folhas, de acordo com a especificação dada. O papel é cortado, faz-se a embalagem e segue para o cliente. Uma parte desse corte é terceirizado por que a empresa não tem auto-suficiência nesta área.

4.1.8 Recursos Humanos

a) Perfil dos colaboradores

QUADRO 5 – DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR UNIDADE

Unidade	Nº de funcionários	%
Ponta Grossa	35	4,25
Turvo	471	57,23
Ibema	142	17,25
Picador	72	8,75
Florestal	98	11,91
Fundação	05	0,61
Total	823	100

FONTE: Ibema. Armando Lê Fosse Júnior. Entrevista concedida a Rita Maria. Turvo, 20 dez 2006.

QUADRO 6 – PERFIL DOS COLABORADORES POR IDADE

Faixa etária	Nº de funcionários	%
18 a 30 anos	419	50,91
31 a 39 anos	221	26,85
Acima de 40 anos	183	22,24
TOTAL	823	100

FONTE: Ibema. Armando Lê Fosse Júnior. Entrevista concedida a Rita Maria. Turvo, 20 dez 2006.

QUADRO 7 – PERFIL DOS COLABORADORES POR ESCOLARIDADE

Grau de instrução	Nº de funcionários	%
Analfabeto	9	1,09
Ensino Fundamental	175	21,26
Ensino Médio	250	30,38
Cursando Ensino Fundamental e Médio	235	28,55
Superior incompleto e completo	140	17,01
Pós-Graduação	14	1,71
TOTAL	823	100

FONTE: Ibema. Armando Lê Fosse Júnior. Entrevista concedida a Rita Maria. Turvo, 20 dez 2006.

QUADRO 8 – PERFIL DOS COLABORADORES POR TEMPO DE EMPRESA

Tempo na empresa	Nº de funcionários	%
Menos de um ano	185	22,48
1 a 3 anos	143	17,38
3 a 5 anos	167	20,29
Mais de 5 anos	328	39,85
TOTAL	823	100

FONTE: Ibema. Armando Lê Fosse Júnior. Entrevista concedida a Rita Maria. Turvo, 20 dez 2006.

QUADRO 9 – PERFIL DOS COLABORADORES POR ESTADO CIVIL

Estado civil	Nº de funcionários	%
Solteiro	435	52,86
Casado	353	42,89
Separado	12	1,46
Outros	23	2,79
TOTAL	823	100

FONTE: Ibema. Armando Lê Fosse Júnior. Entrevista concedida a Rita Maria. Turvo, 20 dez 2006.

4.1.9 Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal

Está sendo implantado na empresa o Programa de Formação, Treinamento e Desenvolvimento IBEMA. O objetivo principal deste programa é consolidar a nova cultura profissional da organização, treinando e desenvolvendo os conceitos e comportamento profissionais derivados da Nova Visão, que visa o aumento da rentabilidade, competitividade nacional/internacional, excelência em recursos humanos, valorização dos recursos humanos e qualidade total, bem como assegurar suprimento de mão-de-obra qualificada para atender as necessidades do negócio.

O programa de treinamento busca a seguinte abrangência:

- a) Capacitação técnica: envolve soluções de problemas, inovação e avanço tecnológico;
- b) Desenvolvimento comportamental: através de habilidade necessárias, elevação do espírito de equipe, motivação e uma maior participação efetiva;
- c) Gestão organizacional: mediante o desenvolvimento de conhecimentos básicos dos vários segmentos organizacionais buscando uma maior sinergia das várias áreas e funções;
- d) Idiomas: desenvolvimento da capacidade de comunicação em inglês em função da globalização;
- e) Treinamento/gestão qualidade total – SIGI: utilização das ferramentas de gestão da qualidade, visando melhorar as rotinas operacionais, definindo padrão de qualidade do produto, processos e serviços.

4.1.10 Sistema de Avaliação de Desempenho

O Sistema de avaliação de desempenho tem como finalidade o aumento de forma significativa da Eficiência Global da Organização e de cada um de seus colaboradores. Visa auxiliar na administração do desempenho do colaborador possibilitando conhecer com clareza o que é esperado em relação ao cargo que ocupa.

Em síntese, o objetivo do PAD (Programa de Avaliação de Desempenho Níveis Operacionais) é obter a máxima eficácia na utilização dos processos disponíveis e desenvolver na IBEMA uma cultura organizacional efetivamente orientada a resultados.

Tem como objetivos:

- Dotar a organização de um sistema de gestão focado em resultados (eficácia);
- Compatibilizar os objetivos individuais com as metas da organização (eficiência);

- Potencializar o relacionamento dos times, chefias/subordinados (comunicação);
- Dispor de indicadores para alavancar as necessidades de formação/treinamento/carreira/ações salariais (desenvolvimento dos Recursos Humanos);
- Planejar as atividades de trabalho de uma maneira interativa e mais aderente às metas globais da organização resultando em um maior comprometimento do corpo de colaboradores;
- Construir para o futuro próximo uma base de referência objetiva e transparente para o “Sistema Premiante” (remuneração variável).

A metodologia baseia-se na verificação da efetiva contribuição do avaliado frente aos resultados operacionais esperados de sua atuação profissional. O sistema se caracteriza por:

- a) Responsabilidade primária do superior imediato no acompanhamento de desempenho do avaliado; e
- b) Entrevista de avaliação.

O processo operacional segue os seguintes passos de acordo com o quadro 10.

QUADRO 10 – ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO

PAD – PROGRAMA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO (NÍVEIS OPERACIONAIS)	
Nome:	Área:
Cargo:	Período de Avaliação

FATORES	ANÁLISE	PONTOS 0 A 10
Experiência Profissional	Grau de conhecimento da sua área de atuação/competência utilizados na obtenção de resultados	
Tomada de Decisão	Capacidade de decidir corretamente em situação de incerteza ou com carência de informação	
Relacionamento	Tem habilidade no trato com pessoas, independente do nível hierárquico, tem capacidade de interagir com o grupo	
Criatividade	Capacidade de solucionar problemas ou de encontrar também para problemas conhecidos, soluções novas e originais	
Comprometimento	Aderência aos valores de conduta da organização e o comprometimento com a “Nova Visão” da IBEMA	
Cooperação	Demonstra interesse e disponibilidade para cooperar com outras pessoas na realização dos trabalhos. Ajuda espontaneamente	
Qualidade do Trabalho	Busca permanentemente a qualidade no seu trabalho. Está comprometido com a operacionalização dos programas de qualidade	
Disciplina operacional	Avalia a produção/Qualidade de serviço realizado de acordo com a natureza e com as condições de trabalho	
Produção	Avalia a forma como o colaborador atua, se observa as regras de Segurança e se utiliza EPT's quando a função exige	
Assiduidade	Avalia o nível de frequência do colaborador no trabalho, faltas etc.	

FONTE: Ibema. Elizangela da Luz Dorigon. Entrevista concedida a Rita Maria. Turvo, 20 dez 2006.

- c) Análise dos fatores de avaliação: nesta análise, será utilizada uma pontuação que varia de “0 a 10” em relação aos fatores que vão de experiência profissional,

tomada de decisão, relacionamento, criatividade, comprometimento, cooperação, qualidade do trabalho, disciplina operacional, produção e assiduidade;

- d) Níveis: a avaliação dos níveis reflete a posição final assumida pelo avaliador, com base no acompanhamento/desempenho do colaborador, graduando segundo os seguintes critérios de avaliação:

QUADRO 11 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Excelência	Acima	Dentro	Abaixo
8,1 a 10	6,1 a 8,0	3,1 a 6,0	0,0 a 3,0

FONTE: Ibema. Elizangela da Luz Dorigon. Entrevista concedida a Rita Maria. Turvo, 20 dez 2006.

- e) Competências e habilidades demonstradas: trata-se da análise das características profissionais que favoreceram ou dificultam o seu trabalho.

QUADRO 12 – COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Competências e Habilidades Demonstradas	
Pontos Fortes	Pontos a Desenvolver

Ações para Melhoria do Desempenho

Comentários do Avaliado	
Assinaturas	
Avaliado	Data:
Avaliador	Data
Superior do Avaliador	Data

FONTE: Ibema. Elizangela da Luz Dorigon. Entrevista concedida a Rita Maria. Turvo, 20 dez 2006.

- Ações para melhoria do desempenho: consideradas as análises dos fatores de avaliação e os comportamentos manifestos durante o período de avaliação, o avaliador identifica e registra as ações mais apropriadas para melhorar o desempenho funcional do avaliado, propõe mudanças de comportamento e sugere atividades de desenvolvimento.
- Comentários do avaliado: o avaliado tem disposto no formulário, espaço para registrar os próprios sentimentos sobre os resultados do processo de avaliação e anotar eventuais considerações que queira deixar registrado durante a entrevista de avaliação, podendo procurar espontaneamente uma instância superior em qualquer fase do processo.

A implantação do programa teve início em 2005 e ainda não tem resultados, pois sua aplicação ocorreu em 2006.

4.1.11 Higiene e Segurança no Trabalho

A segurança do trabalho foi totalmente reestruturada na busca de atualização do SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho), objetivando a redução de acidentes em toda a frente de trabalho, sua gravidade, frequência, etc. O SESMT da empresa é composto por uma enfermeira do trabalho, 2 auxiliares de enfermagem do trabalho, 1 médico e dois técnicos de segurança.

A área de segurança do trabalho está atrelada ao desenvolvimento de Recursos Humanos, e pode ser resumida em uma frase: Qualidade de vida. A segurança do trabalho dá o suporte para o pessoal da área operacional, a partir dos exames admissionais, exames audiométricos, ou qualquer outro que for exigido, dependendo da área que o funcionário irá trabalhar. A partir da aptidão para o trabalho, os responsáveis pela segurança do trabalho

fazem sua integração à empresa, o funcionário é instruído em como usar os equipamentos de segurança individual, onde irá trabalhar, como deve trabalhar, a maneira como deve se portar, a melhor maneira de se vestir para o trabalho, os cuidados e os riscos que as máquinas proporcionam, ou seja, toda a prevenção necessária para a realização da função.

O SESMT trabalha sempre baseado nas NR (Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho), hoje são em número de 32. Todo o trabalho é adequado a elas para que surtam o efeito desejado pelo Ministério do Trabalho.

A NR 4 – Serviços especializados em Engenharia e Segurança em Medicina do Trabalho afirma “que as empresas privadas e públicas, os órgãos públicos da administração direta e indireta e dos poderes Legislativo e Judiciário que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, manterão, obrigatoriamente, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina no trabalho, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho”.

No seu artigo 4.41 a NR diz que as empresas obrigadas a constituir SESMT deverão exigir dos profissionais que os integram, comprovação de que satisfazem os seguintes requisitos:

- a) Engenheiro de Segurança do Trabalho – engenheiro ou arquiteto portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação.
- b) Médico do Trabalho – médico portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina do trabalho, em nível de pós-graduação, ou portador de certificado de residência médica em área de concentração em saúde do trabalhador ou denominação equivalente, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência

Médica, do Ministério da Educação, ambos ministrados por universidade ou faculdade que mantenha curso de graduação em medicina.

- c) Enfermeiro do Trabalho – enfermeiro portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Enfermagem do Trabalho, em nível de pós-graduação, ministrado por universidade ou faculdade que mantenha curso de graduação em enfermagem.
- d) Auxiliar de Enfermagem do Trabalho – auxiliar de enfermagem ou técnico de enfermagem portador de certificado de conclusão de curso de qualificação de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, ministrado por instituição especializada reconhecida e autorizada pelo Ministério da Educação.
- e) Técnico de Segurança do Trabalho – técnico portador de comprovação de Registro Profissional expedido pelo Ministério do Trabalho.

O artigo 4.12 explica a competência dos profissionais integrantes do SESMT, que devem:

- a) Aplicar os conhecimentos de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho ao ambiente de trabalho e a todos os seus componentes, inclusive máquinas e equipamentos, de modo a reduzir até eliminar os riscos ali existentes à saúde do trabalhador;
- e) Responsabilizar-se, tecnicamente, pela orientação quanto ao cumprimento do disposto nas NR aplicáveis às atividades executadas pela empresa e/ou seus estabelecimentos;
- f) Manter permanente relacionamento com a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), valendo-se ao máximo de suas observações, além de apoiá-la, treiná-la e atendê-la, conforme dispõe a NR-5;

- g) Promover a realização de atividades de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores para a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, tanto através de campanhas, quanto de programas de duração permanente;
- h) Esclarecer e conscientizar os empregados sobre acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, estimulando-se em favor da prevenção; (...)

A NR-5 – que trata da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, diz que o objetivo principal vem a ser a prevenção de acidentes e doenças que decorram do trabalho.

O artigo 5.2 diz que todas as empresas devem manter a CIPA, por estabelecimento, e mantê-la em regular funcionamento as empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, órgãos da administração direta e indireta, instituições beneficentes, associações recreativas, cooperativas, bem como outras instituições que admitam trabalhadores como empregados.

O artigo 5.16 apresenta as atribuições da CIPA que são:

- a) Identificar e elaborar o mapa de riscos do processo de trabalho, com a participação do maior número de trabalhadores, com assessoria do SESMT, onde houver;
- b) Participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção necessárias, bem como da avaliação das prioridades de ação nos locais de trabalho;
- c) Realizar, periodicamente, verificações nos ambientes e condições de trabalho visando a identificação de situações que venham a trazer riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores.

Confirmando o que o SESMT defende a NR 6 trata dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, e em seu artigo 6.1 ele define como Equipamento de Proteção Individual – EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

O artigo 6.3 relata que a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento (...)

O artigo 6. 7. inciso 6.7.1. diz que cabe ao empregado quanto ao EPI:

- a) Usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
- b) Responsabilizar-se pela guarda e conservação;
- c) Comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para uso; e
- d) Cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.

E por fim, a NR-9 – que trata do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, visando a preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no local de trabalho, tendo em consideração a proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais.

4.1.12 Mercadologia

A empresa realiza sua comercialização através de representantes regionalizados e com venda direta, permitindo dirigir o foco ao entendimento e atendimento das necessidades dos clientes em sua área de atuação.

A equipe especializada interna realiza atendimento individualizado, desde a entrada dos pedidos até a utilização final dos produtos, através da assistência técnica e desenvolvimento.

Parcerias estáveis com fornecedores, prestadores de serviços, empresas de logística, bem como a formatação específica de cada pedido e sua aplicação, garantem estabilidade no cumprimento de prazos e segurança na entrega de produtos.

4.1.13 Controle de Qualidade

A qualidade é baseada na ISO 9000, desde a recepção da MP até a expedição de produto acabado. Tudo é descrito em procedimentos, cada qual tem um número de controle. São feitas revisões e a divulgação desse material internamente, onde a operação é interna, quanto externo nas especificações do produto para o cliente. São dois tipos de procedimentos: POP – procedimento operacional padrão que descreve todos os procedimentos que são executados para a operação de equipamentos ou sistemas, por exemplo: operação de refinadores que descreve todo o procedimento detalhado que o operador tem que executar para fazer aquela tarefa. O PGC – procedimento de garantia de conformidade que estabelece os parâmetros de cada variável de processo, por exemplo: a temperatura pode variar de 20 graus a 25 graus, tudo registrado em sistemas de cores. Tudo que estiver dentro do controle estará anotado em azul, o analista em questão faz a anotação e lança no sistema; tudo o que estiver tendendo a descontrolar ficará em verde e aquilo que foge do controle fica em vermelho. Para cada ocorrência dessas se gera uma nova conformidade.

4.1.14 Levantamento dos Gastos – ETE (Estação de Tratamento de Efluentes)

Com relação à estação de tratamento de água, a IBEMA faz a captação no Rio Marrecas de toda a água utilizada na fábrica e na Vila Residencial na unidade de Turvo. Para tornar a água potável, promove o seu tratamento na ETA – Estação de Tratamento de Água.

Em 1999, grande parte do sulfato utilizado no tratamento da água foi substituída por um polímero que faz com que a sujeira flutue, permitindo uma filtragem mais efetiva, sem a necessidade da utilização de produtos químicos fortes. A ETA tem capacidade para o tratamento de 400 m³/hora.

Os gastos são repartidos em centros de custos, a ETE é uma estação em separado, ela tem um orçamento próprio, e para todos esses gastos, todo documento que chega na área contábil já está praticamente contabilizado; o repasse das informações passa pelo estágio de entrada na empresa que seria o setor de digitação, de onde ele vai para o almoxarifado, de lá é feito a requisição de materiais que é feita especificamente por área, cada funcionário tem um gerente e ele é quem aprova, ou não, de acordo com a área de utilização.

Ao final do mês existe a valorização de estoque que, além de indicar qual foi a quantidade consumida em cada centro de custo, diz especificamente quais foram os gastos apropriados na ETE. Além dos gastos normais, que seriam os de tratamento, há a mão-de-obra direta que é específico desse centro de custo. Há a apropriação depois de mão-de-obra indireta, que seria o gerente da área que não cuida só da ETE, mas também da manutenção de todo o complexo. Ao final do mês se tem o total de gastos da ETE e faz-se o comparativo com o orçamento para saber se os gastos ficaram dentro do previsto ou não, se houve distorção. Uma vez que haja distorção, cada um dos gestores de área dá a sua justificativa ou comprova porque houve o gasto ou não.

Nas demonstrações contábeis esse valor aparece embutido o centro de custo. Dentro da contabilidade da empresa, o custo com a estação de tratamento de efluentes aparece quando se imprime um relatório gerencial por centro de custo.

4.1.15 Política Social

A preocupação e papel social da empresa é visivelmente notada em todas as unidades da empresa onde é desenvolvido ativamente.

Desde o começo, a empresa tratou de desenvolver atividade socioculturais, ao mesmo tempo em que implantava o primeiro loteamento rural, próximo à sua fábrica.

Hoje o papel social da empresa se ampliou e se desdobrou em vários serviços comunitários entre eles:

- a) Vilas Residenciais: 200 moradias disponibilizadas aos funcionários na unidade de Turvo, cedidas em comodato, sem cobrança de água e luz (exceção às casas padronizadas pela COPEL). Toda manutenção da Vila é custeada pela empresa. Possui completa infra-estrutura, com escolas, igreja e comércio em geral. Com a expansão da empresa, uma nova vila está sendo idealizada, oferecendo a oportunidade dos funcionários adquirirem casas próprias.
- b) Fundação IBEMA: oferece aos funcionários e dependentes atendimento médico e odontológico, com uma média de 900 atendimentos por mês. A fundação mantém também um ambulatório médico 24 horas, além de transporte para hospitais locais.
- c) Programa rendas alternativas: propicia geração de renda, de emprego e de benefícios indiretos. Trata-se de um trabalho em conjunto entre a Fundação IBEMA, a Prefeitura Municipal de Turvo e o Governo do Paraná, que busca o desenvolvimento rural da região onde a empresa está inserida. Este programa conta hoje com agroindústria, fábrica de ração, área de experimentação e demonstração e equipe de assistência técnica, formada por engenheiro agrônomo, técnico em agropecuária e ajudante rural.

- d) SORIPEL: É A Associação Recreativa da IBEMA em Turvo, que possui campo de futebol suíço, quadras de areia, quadra de esportes, academia, vestiário, sala de jogos, parque, praça, lagoa e restaurante.
- e) Escolas: A empresa possui, instalada em sua Vila Residencial, três escolas: uma municipal, uma estadual e a terceira mantida pela própria empresa. Juntas, elas contam com 900 alunos matriculados, recebendo merenda, transporte e outros benefícios. Além disso, a empresa, em conjunto com a Prefeitura da cidade de Turvo, oferece transporte até a cidade de Guarapuava para estudantes de nível técnico, superior e pré-vestibular.
- f) Projeto de Capacitação Profissional: através de treinamentos internos, a empresa fornece aos seus funcionários as condições para atingir metas estabelecidas em termos de produtividade, qualidade e expansão. Além da capacitação de funcionários, a empresa oferece programas de formação abertos à comunidade. Um deles, o Programa de Formação de Técnicos em Celulose e Papel garante aos escolhidos um ano de estudo no SENAI da cidade de Telêmaco Borba, com parte dos custos cobertos pela empresa para alunos da comunidade, e com todos os custos cobertos para funcionários. Outro programa de aprimoramento é o projeto “Trainees” que capacita profissionais recém-formados.

4.1.15 Legislação

A empresa acompanha efetivamente as leis que regem o meio ambiente e suas implicações. A Lei nº 9.605, de Crimes Ambientais, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. As Resoluções do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), são as de

números 237/97 (licenciamento ambiental) e 357/05 que dispõem sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento dos corpos de águas superficiais, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

A Lei Estadual 12.493/99 estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.

Já a Resolução 41/02 da SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná) dispõe sobre os critérios para o controle da qualidade do ar.

4.2 MÉTODOS

Os Demonstrativos Contábeis da empresa em questão, resultantes dos dois últimos anos foram objetos de análise e pesquisa, para o estudo.

Foram analisados os métodos de levantamento de custos utilizados pela empresa, quais seus fatores de produção, as atividades operacionais, e a relação benefício/custo de cada uma das variáveis ambientais levantadas durante o estudo, bem como a relação custo/volume/lucro, através do ponto de equilíbrio.

Na seqüência, foram levantados os dados para elaboração do Balanço Social, visando principalmente, o departamento de recursos humanos da empresa em questão, para obtenção das informações necessárias.

Foram pesquisadas também as Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) que trata da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, instituída por meio da Resolução CFC nº 1.003/2004, que aprovou a NBC T 15, que tem por objetivo demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Ainda,

por meio da Resolução 1.010/2005 que aprova a NBC T. 3.7 que trata da Demonstração do Valor Adicionado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 CUSTOS SUBSTITUTIVOS DE PASSIVOS AMBIENTAIS

Nas Demonstrações Contábeis da empresa estudada aparecem embutidos os centros de custo, que se encontram inseridos nos relatórios gerenciais.

Para se ter uma noção do levantamento dos gastos com a Estação de Tratamento de Efluentes – ETE – o mesmo pode ser visualizado abaixo. Ressalta-se que as informações apresentadas referem-se ao período de janeiro a outubro de 2006.

QUADRO 13 – GASTOS COM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES

GASTOS COM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO - IBEMA

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
SALARIOS	8.270,13	6.657,88	5.852,01	7.041,67	11.455,45	11.823,05	8.467,36	8.400,49	8.298,20	8.575,70	84.841,94
CURSOS E TREINAMENTOS			655,00	665,00							1.320,00
SEGURO DE VIDA	25,80	25,80	25,80	25,92	30,24	30,24	25,92	25,92	25,92	25,92	267,48
CESTA BASICA	404,81	379,69	373,67	349,17	421,28	385,50	347,08	359,81	343,80	347,71	3.712,52
CONSERV.EQUIPS.TRANSF.				34,00			179,35			355,00	568,35
CONSERV.BENF. E INSTALAÇÕES	1.692,00	165,08	6.677,00	2.000,00	372,80	88,15	119,25				11.114,28
CONSERV.EQUIPS.PROD./OPERATRIZES	7.548,89	7.362,33	4.349,94	1.257,75	9.347,30	1.296,48	1.307,30	2.785,44	180,46	16,21	35.452,10
MANUTENÇÃO EQUIPS.DIVERSOS	8,83										8,83
VESTIMENTAS P/MAQUINAS						-3.276,09					-3.276,09
DESPESAS DE VIAGENS				536,48		399,70		9,50	133,10		1.078,78
DESPESAS POSTAIS		9,00							56,50		65,50
JORNAIS E REVISTAS	7,13	6,44	7,13	6,90	7,13	6,90	7,13	7,13	6,90	7,13	69,92
ALUGUEL	31.210,73	24.658,32	13.523,44	11.445,25	13.670,00	13.858,00	14.670,00		11.832,00	10.189,80	145.057,54
MATERIAL DE ESCRITORIO	19,40	6,92		49,80		33,58	43,90	4,60			158,20
FRETES E CARRETOS	660,30	126,13	322,35	114,46	63,80	60,22	36,39	103,43		32,02	1.519,10
DESPESAS COM REFEIÇÕES	1.088,00	807,70	942,20	875,00	235,60	435,90	26,00	21,20	6,50	39,00	4.477,10
COMBUSTIVEIS LUBRIF.	8.799,27	4.912,57	7.052,96	2.990,83	1.375,48	747,45	938,73	1.036,96	1.663,50	795,05	30.312,80
OUTRAS									2.175,20		2.175,20
SERVIÇOS PRESTADOS PJ	15.638,08	10.541,20	26.880,05	19.496,04	32.188,15	7.716,00	19.549,05	33.199,55	15.842,08	11.042,59	192.092,79
MATERIAIS DE CONSUMO	430,85	209,74	470,22	33,07	82,86	1.021,55	406,22	35,50	121,58	29,35	2.840,94
CONDUÇÃO	879,05					79,40	170,00			130,00	1.258,45
DESPESAS COM SEGURANÇA	83,21	312,21	285,17	13,56	230,70	649,83	31,54	124,21	33,00	32,27	1.795,70
CONTRIB.ASSIST.EMPREGADOS	283,44	203,52	203,52	203,52	352,26	375,06	226,32	226,32	226,32	226,32	2.526,60
RECUPERAÇÃO DESPESAS	-96,34	-43,89	-126,94	-62,02	-26,09	-102,15	-1.050,08	-35,26	-78,30	-56,05	-1.677,12
TAXAS VIARIAS							509,70				509,70
TOTAL GERAL	76.953,58	56.340,64	67.493,52	47.076,40	69.806,96	35.628,77	46.011,16	46.304,80	40.866,76	31.788,02	518.270,61

FONTE: IBEMA Companhia Brasileira de Papel, 2006.

A empresa não trabalha diretamente com Passivo ambiental, pois considera que ao constituí-lo estará indicando um risco, e o que ocorre na contabilidade da empresa é que este risco é minorado antes de se tornar um Passivo ambiental através das conservações feitas constantemente nos elementos indicados pelo Plano de Contas. Materialmente isso ocorre de maneira sistemática através de uma planilha de atendimento aos diversos departamentos. Existe na contabilidade uma conta de Provisão para contingências no Passivo Circulante.

Hoje existe um termo de adequação que o IBAMA e o IAP, antes de lançar multas, apresenta aos responsáveis informando-os que a empresa está trabalhando irregularmente. A empresa assina esse termo e se compromete, dentro de um prazo estipulado pelo órgão a cumprir o que foi acordado nesse termo.

Passivo ambiental, na visão do departamento de contabilidade da empresa é considerado como uma provisão, e, para se fazer tal provisão é necessário existirem medidas preventivas dentro da própria empresa.

A empresa tem um contrato com uma consultoria, justamente para evitar que o risco se torne real e trabalha sempre baseada nas normatizações e regulamentações que a legislação ambiental exige, além do que o IAP – Regional Guarapuava mantém constante fiscalização nas empresas desse porte.

A consultoria que além de retransmitir todas as notificações de leis ambientais, de tempos em tempos faz uma vistoria dentro da empresa que trabalha com ramos de extração florestal. Portanto, quando há necessidade de autorização dos espaços de reflorestamento, a empresa deverá estar com todas as suas obrigações em dia, dentro da regularidade fiscal.

Todas as grandes empresas, especialmente as transnacionais, que tem interesse em estarem regulares dentro do país dificilmente têm problema de adequação ambiental.

Abaixo quadro de parte do plano de contas da área de conservação:

QUADRO 14 – CORTE DO PLANO DE CONTAS

Número	Nome Plano de Contas	Nome da Conta
7414	MANUTENÇÃO CONSERVAÇÃO	E Conservação equipamentos de transporte
		Pátio de madeira
		Administração industrial
		Oficina industrial
		Oficina elétrica
		Utilidades
		Geração/Distribuição energia
		Pasta mecânica
		Preparo de massas
		Sala escolha
		Reflorestamento
		Usina Marrecas PHC B. Vista II
		Energético
		Cortadeira Marquip
		Planejamento da manutenção
		Picador
		Máquina III – Turvo
		Cortadeira Voith/Cavallari
		ETE – Estação e Tratamento de Efluentes
		Empreendimentos
		Reflorestamentos
		Conservação equip. de escritório
		Laboratório
		Máquina I – Turvo
		Seção projetos
		Supervisão de operações
		PCP – Planejamento e controle da produção
		Gerência de processos
		Controle de qualidade
		Rebobinadeira M3
		Pátio – Ibema
		Conservação de benfeitorias/instalações
		Divisão industrial
		Preparo de tintas e aditivos
Barragem Rio Cachoeira		
Instrumentação		
Máquina II – Ibema		
Conservação equip. produção/operatrizes		
Rebobinadeira M1		
Manutenção equipamentos diversos		
Vestimentas para máquinas		

5.2 BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social da IBEMA foi elaborado baseando-se no modelo do Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – organização não governamental, situada no Rio de Janeiro e idealizada pelo sociólogo Herbert de Souza – e adaptado para as características da empresa.

QUADRO 15 – BALANÇO SOCIAL - DEMONSTRATIVO DO BALANÇO SOCIAL
BASEADO NO MODELO IBASE

continua

1) Base de Cálculo	2005 (Valor mil reais)			2004 (Valor mil reais)		
Receita Líquida (RL)	176.551			116.434		
Resultado Operacional (RO)	-4.708			-9.351		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	8.878			8.257		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (Mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	588	6,62	0,33	584	7,07	0,50
Encargos sociais compulsórios	4.087	46,04	2,31	3.800	46,02	3,26
Saúde	735	8,28	0,42	681	8,25	0,58
Segurança e medicina no trabalho	218	2,46	0,12	150	1,82	0,13
Cultura	48	0,54	0,03	48	0,58	0,04
Capacitação e desenvolvimento profissional	151	1,70	0,09	20	0,24	0,02
Participação nos lucros ou resultados	66	0,74	0,04	Não houve participação em 2004		
Transporte colaboradores	117	1,32	0,07	60	0,73	0,05
Total – Indicadores Sociais Internos	6.010	67,70	3,40	5.343	64,71	4,59
Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (Mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação – Transporte Escolar	70	-1,49	0,04	65	-0,70	0,06
Cultura		0,00	0,00		0,00	0,00

QUADRO 15 – BALANÇO SOCIAL - DEMONSTRATIVO DO BALANÇO SOCIAL

BASEADO NO MODELO IBASE

continua

Saúde e saneamento	224	-4,76	0,13	A empresa investiu somente em 2005		
Esporte	55	-1,17	0,03	50	-0,53	0,04
Comunidade	90	-1,91	0,05	131	-1,40	0,11
Total das contribuições para a sociedade	439	-9,32	0,25	246	-2,63	0,21
Tributos (excluídos encargos sociais)		0,00	0,00		0,00	0,00
Total Indicadores Sociais Externos	439	-9,32	0,25	246	-2,63	0,21
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (Mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa e investimentos em programas e/ou projetos externos somam R\$ 1.299.000 em 2006		Os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa e investimentos em programas e/ou projetos externos somam R\$ 1.299.000 em 2006			
Investimentos em Programas e/ou projetos externos						
Total dos Investimentos em Meio Ambiente						
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	Cumprir a legislação: Lei 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais; Resolução Conama 237/97, 357/2005, Resolução SEMA 041 entre outras		Cumprir a legislação: Lei 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais; Resolução Conama 237/97, 357/2005, Resolução SEMA 041 entre outras			
5) Indicadores do Corpo Funcional	2005		2004			
Número de empregados ao final do período	753		743			
Número de estagiários	7		9			
Número de mulheres que trabalham na empresa	161		161			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	8%		8%			
Número de negros que trabalham na empresa	A empresa entende que não há necessidade de identificar os seus colaboradores por raça, cor, religião, deficiência etc		A empresa entende que não há necessidade de identificar os seus colaboradores por raça, cor, religião, deficiência etc			
6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2005		2004			
Número total de acidentes de trabalho	37		54			
Os projetos sociais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados
Ao projetos ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	(X) direção	() direção e gerências	() todos os empregados	(X) direção	() direção e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	A empresa cumpre as Normas Regulamentadoras		A empresa cumpre as Normas Regulamentadoras			

QUADRO 15 – BALANÇO SOCIAL - DEMONSTRATIVO DO BALANÇO SOCIAL

BASEADO NO MODELO IBASE

continua

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa	O sindicato patronal negocia com o sindicato laboral			O sindicato patronal negocia com o sindicato laboral		
A participação nos lucros ou resultados contempla	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil reais), de acordo com a Resolução CFC 1.010/2005	Em 2005:			Em 2004:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	45,50% Governo			53,29% Governo		
	19% Colaboradores			20,59% Colaboradores		
	0% Acionistas			0% Acionistas		
	29,90% Terceiros			32,42% Terceiros		
	5,60% Retido			(6,30)% Retido		
7. Outras Informações						

FONTE: BALANCOSOCIAL. Modelo e selo. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em 26 dez 2006.

Apresentando um total de 67,70% do total de indicadores sociais internos com relação a sua folha de pagamento bruta, os encargos sociais ocupam uma porcentagem de 46,04% de todos os seus gastos. Outro indicativo importante neste campo é com relação à saúde, com 8,28% do total da folha de pagamento bruta. Os indicadores sociais externos, baseados no Resultado Operacional, apresentaram um total de 9,32% de indicadores, sendo o principal item também a saúde e o saneamento com 4,76%.

Outras informações relevantes são os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa, bem como com os investimentos em programas e/ou projetos externos que apresentam uma soma de R\$ 1.299.000 em 2006, em função de uma nova máquina para a estação de tratamento de efluentes. Tal projeto deverá entrar em funcionamento em 2007.

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa cumpre a legislação pertinente através da Lei 9.605/998 – Lei de Crimes Ambientais, Resoluções do CONAMA 237/97 e 357/05, Resolução SEMA 041 entre outras.

Para os Indicadores do Corpo Funcional a empresa manteve estável nos dois anos analisados apresentando para 2005, 753 funcionários e para 2004, 743 funcionários. Nestes totais, a empresa apresentou 8% de cargos de chefia ocupados por mulheres. Já no quesito que deveria apresentar o número de negros que trabalha na empresa ela entende que não há necessidade de identificar os seus colaboradores por raça, cor, religião, deficiências etc.

As informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e empresa apresentou uma diminuição no número de acidentes de trabalho de 54 em 2004 para 37 em 2005. Os projetos sociais desenvolvidos pela empresa são sempre definidos entre todos os seus colaboradores, bem como a empresa organiza e incentiva a participação de seus colaboradores em programas de trabalho voluntário, já que a região em que a mesma está inserida é uma região de baixa renda.

Com relação aos padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho, a equipe responsável pelo SESMT da empresa procura, em suas atividades rotineiras e imprevistas, estar inserida nas Normas Regulamentadoras do setor.

5.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado levantada para a IBEMA baseou-se na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC 1.010 de 21/01/2005 que aprova a NBC T. 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado, considerando-se os anos de 2005 e 2004, o que está sendo apresentada de forma analítica para melhor visualização.

QUADRO 16 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
	2005	%	2004	%
1 – Receita Bruta e Outras Receitas	186.176.996	100	159.865.808	100
1.1 Venda de produtos, mercadorias e serviços	176.550.705	94,82	152.774.920	95,56
1.1.1 Vendas internas	151.589.182		132.308.648	
1.1.2 Vendas externas	24.961.523		20.466.272	
1.1.3 Devoluções, abatimentos e cancelamentos	(2.851.888)	(1,51)	(1.802.309)	(1,11)
1.2 Reversão para Devedores Duvidosos	7.912	0	293.608	0,18
1.3 Dividendos recebidos	0		5.397	0
1.4 Outras Receitas Operacionais	12.086.188	6,49	703.744	0,44
1.5 Resultado Não Operacional	384.079	0,20	7.890.448	4,93
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(118.510.965)	63,65	(92.430.696)	57,82
2.1 Custo dos produtos, mercadorias e serviços e vendidos	128.429.648		105.140.201	
2.1.1 Depreciação, Amortização e Exaustão	(15.703.112)		(17.527.464)	
2.1.2 Gastos com Pessoal da Indústria	(10.235.814)		(8.775.997)	
2.2 Despesas Operacionais	19.954.388		17.143.585	
2.2.1 Gastos com Pessoal Administrativo	(4.735.876)		(4.055.716)	
2.3 Provisão para Devedores Duvidosos	801.731		506.087	
3 – Retenções	(6.785.186)	3,65	(18.383.980)	11,50
3.1.1 Depreciação, Amortização e Exaustão	(15.703.112)		(17.527.464)	
3.2 Variação cambial e monetária líquida	8.917.926		(856.516)	
4 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade	60.880.845	32,70	49.051.132	30,68
5 – Valor adicionado recebido em transferência	4.166.360	(2,23)	2.324.652	(1,45)
5.1 Receitas financeiras	4.166.360		2.324.652	
6 – Valor adicionado total a distribuir	65.047.205	34,93	51.375.784	32,13

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
	2005	%	2004	%
7.1 Colaboradores	12.359.977	19,00	10.576.871	20,59
7.1.1 Salários e Encargos Indústria	10.235.814		8.775.997	
7.1.1.1 INSS	(1.582.127)		1.402.659	
7.1.1.2 INSS Autônomos	(33.813)		(29.311)	
7.1.1.3 SESI	(95.792)		(86.710)	
7.1.1.4 SENAI	(76.641)		(69.359)	
7.1.2 Salários e Encargos Administrativos	4.735.876		4.055.716	
7.1.2.1 INSS	(618.839)		(500.435)	
7.1.2.2 INSS Autônomos	(137.042)		(110.732)	
7.1.2.3 SESI	(37.499)		(30.913)	
7.1.2.4 SENAI	(29.960)		(24.723)	
7.2 Governo	29.598.245	45,50	27.379.094	53,29
7.2.1 ICMS, PIS, COFINS	24.976.012		24.100.284	
7.2.2 Fixas	1.058.013		1.081.816	
7.2.3 INSS	2.371.821		2.043.137	
7.2.4 SESI	133.291		117.623	
7.2.5 SENAI	106.601		94.082	
7.2.6 Provisão para IRPJ e CSSL	952.507		(57.848)	
7.3 Agentes Financiadores	19.447.958	29,90	16.654.141	32,42
7.4 Retenção de Lucro	3.641.025	5,60	(3.234.322)	(6,30)
TOTAL	65.047.205	100	51.375.784	100

FONTE: Pesquisa de campo.

A distribuição do Valor Adicionado de acordo com a Demonstração do Valor Adicionado demonstra que:

- Houve uma redução de 7,79% de valores distribuídos ao Governo já que em 2005 apresentou 45,50% e 53,29% em 2004, com relação ao valor a ser distribuído de R\$. 65.047.205 para 2005 e R\$ 51.375.784 para 2004.
- Para os colaboradores também houve uma redução de 1,59%, com relação aos valores distribuídos.
- Para os agentes financiadores (terceiros) também ocorreu uma redução de 2,52%, sendo relevante este item, pois significa que a empresa pagou menos despesas financeiras quando da comparação do valor distribuído entre 2005 e 2004.
- Com o lucro houve um aumento significativo pois de um valor negativo de -6,30% em 2004, passou a apresentar um lucro de 5,60% positivos do total de valor a ser distribuído em 2005 e 2004.

6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O estudo de caso foi possível, pela recepção que a empresa dispensou, no sentido de disponibilizar todas as informações necessárias para a elaboração dos demonstrativos realizados.

Os dados levantados foram todos baseados nos demonstrativos contábeis de 2004 e 2005 e em, alguns casos, informações de 2006, como o da Estação de Tratamento de Efluentes.

A análise dos custos substitutivos do Passivo Ambiental não ocorreu uma vez que a empresa não trata seus custos com manutenção e com a estação de tratamento de efluentes como passivo e sim, como custos ligados à produção dos produtos. A empresa se antecipa aos possíveis riscos que possam ocorrer na produção, mantendo uma equipe especializada no sentido de cumprir todas as normatizações da área florestal.

A elaboração do Balanço Social, um capítulo a parte, foi possível em função de seu departamento pessoal e contábil ser bem estruturados e com os seus setores bem definidos. O modelo utilizado vem sendo divulgado pela mídia e, principalmente, pela internet, e supre todas as necessidades a que se propõe.

A Demonstração do Valor Adicionado baseou-se nos demonstrativos de resultado analíticos disponibilizados pelo Departamento de contabilidade da empresa e poderá servir de base para os próximos exercícios, já que a empresa ainda não tem em sua rotina, a elaboração de tal demonstração e que, em termos de gestão empresarial, tem várias informações relevantes para a tomada de decisão, já que apresenta as informações de forma mais detalhada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. **Gestão ambiental: enfoque aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

BACHA, C. J. C.; LOPES, I. V. (Orgs.). **Gestão ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 95-123.

BALANCOSOCIAL. **Publique seu balanço social**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em 21 dez 2006.

BALANCOSOCIAL. **Modelo e selo**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em 26 dez 2006.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BERGER, R.; PADILHA JR, J. B. **Economia florestal**. Curitiba: autor, 2005. Apostila.

BRACELPA. **O setor brasileiro de celulose e papel**. Disponível em: <http://www.bracelpa.orb.br/br/estudantes/setor_brasileiro_celulose_papel.htm. Acesso em 26 dez 2006.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Demonstração do Valor Adicionado**. NBC T.3.7. Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res1010.htm>. Acesso em 15 dez 2006.

COSTA, C. S. C. et al. **Balanço social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa**. Relato social número 2 AS/GESET. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/social02.pdf>. Acesso em 15 dez 2006.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ESTEVES, A. M. C. et al. **Guia de elaboração do balanço social**. Instituto Ethos. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/documents/2005_06_07/Guia_BalancoSocial_2005.pdf. Acesso 15 nov 2006.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2003.

FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. **Controladoria: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1997.

FREIRE, W. **Direito ambiental brasileiro: com legislação ambiental em vigor atualizada após a Lei nº 9.605/98 e Medida Provisória 1.710/98; Código Florestal; Lei de Proteção à Fauna; Lei Nacional de Política Ambiental; Lei de Crimes ambientais; atualizados e com notas remissivas**. Rio de Janeiro: Aide, 1998.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. E. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBEMA Companhia Brasileira de Papel. **Balço Social**. 2001.

KROETZ, C. E. Stevens. **Balço social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MANUAIS DE LEGISLAÇÃO ATLAS. **Segurança e medicina do trabalho**: Lei número 6.514, de 22 de dezembro de 1977. 50 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, E. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. Tese (Doutorado) em Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MENDES, J. T. G. **Economia agrícola**. Curitiba: ZNT, 1998.

MORAES, L. C. S. **Código florestal comentado**: com as alterações da Lei de crimes ambientais – Lei número 9.605/98. São Paulo: Atlas, 1999.

NEVES, S.; VICECONTI, P. E. V. **Contabilidade avançada**. 9. ed. São Paulo: Frase, 2000.

ONU. Commission on Investment, Technology and Related Financial Matters of Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting. Environmental financial accounting and reporting at the corporate level, 1998. Disponível em: <<http://www.unctad.org/en/does/c2isard2.en.pdf>> Acesso em 21 dez 2006.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PAIVA, P. R. **Contabilidade ambiental**: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SANTOS, J. L. et al. **Contabilidade Geral**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006. (Coleção resumos de contabilidade; v. 1).

SANTOS, J. L. et al... **Fundamentos de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2006. (Coleção resumos de contabilidade; v. 22).

SILVA, M. L.; JACOVINE, L. A. G.; VALVERDE, S. R. **Economia florestal**. Viçosa: UFV, 2002.

SPEIDEL, Gerhard. **Economia florestal**. Curitiba: UFPR, 1966.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focados na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002.

TINOCO, J. E. P. **Balanco social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2006.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

ANEXOS

Anexo 01	Modelo de Balanço Social Ibase	105
Anexo 02	Modelo do Plano de Contas da IBEMA	108
Anexo 03	Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado de Exercício – 2004 e 2003	114
Anexo 04	Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado de Exercício – 2005 e 2004	116
Anexo 05	Custos de Produção 2005 e 2004	118
Anexo 06	Demonstração do Resultado de Exercício – 2005 e 2004	122
Anexo 07	Resolução Conselho Federal de Contabilidade – CFC 1003/04	128
Anexo 08	Resolução Conselho Federal de Contabilidade – CFC 1010/05	133

ANEXO 1 – MODELO DE BALANÇO SOCIAL – IBASE

Balço Social Anual / 2005						
1 - Base de Cálculo						
	2005 Valor (Mil reais)			2004 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	0			0		
Resultado operacional (RO)	0			0		
Folha de pagamento bruta (FPB)	0			0		
2 - Indicadores Sociais Internos						
	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e saúde no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores sociais internos						
3 - Indicadores Sociais Externos						
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						
4 - Indicadores Ambientais						
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
	2005			2004		
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais						
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2005			Metas 2006		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0			0		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input checked="" type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2005:			Em 2004:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____% governo _____% colaboradores(as) _____% acionistas _____% terceiros _____% retido			_____% governo _____% colaboradores(as) _____% acionistas _____% terceiros _____% retido		
7 - Outras Informações						
0						

FONTE: BALANCOSOCIAL. Modelo e selo. Disponível em:
<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em 26 dez 2006.

ANEXO 2 - MODELO DO PLANO DE CONTAS DA IBEMA

IBEMA Cia Brasileira de Papel

Plano de Contas

Número	Nome
1000	ATIVO
1100	ATIVO CIRCULANTE
1110	Disponibilidades
1111	Caixa
1112	Banco conta movimento
1113	Aplicações financeiras
1114	Câmbio à contratar
1115	Numerários em trânsito
1117	Cheques à receber
1120	Duplicatas à receber
1121	Clientes
1122	(-) Duplicatas descontadas
1123	(-) Provisões para devedores duvidosos
1124	(-) Adiantamento contrato exportação
1125	(-) Adiantamento vendedor
1130	Valores vinculados
1131	Banco conta vinculada
1140	Estoques
1141	Matéria-prima
1142	Produto acabado
1143	Mercadoria para revenda
1144	Almoxarifado
1145	Estoque em poder de terceiros
1146	Reflorestamentos a venda
1150	Adiantamentos
1151	Adiantamento a fornecedores
1152	Adiantamento de viagens
1153	Adiantamento a representantes
1154	Adiantamento a empregados
1160	Outros créditos
1162	Títulos endossados
1163	Compras para entrega futura
1164	Contas correntes
1169	Depósitos judiciais
1170	Despesas exercício seguinte
1172	Seguros
1173	Despesas gerais
1180	Recuperações
1181	Impostos recuperáveis
1200	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
1210	Valores à receber
1211	Clientes
1214	Retiradas conta corrente
1220	Outros créditos
1221	Depósitos judiciais
1222	Projetos de reflorestamento
1223	Contas correntes
1230	Estoques
1231	Reflorestamentos a venda
1260	Depósitos judiciais

1269	Depósitos sobre reclamatórias trabalhistas
1280	Recuperações
1281	Impostos recuperáveis
1600	ATIVO PERMANENTE
1610	INVESTIMENTOS
1611	Participações em coligadas
1612	(-) Participações em coligadas
1615	Participação em outras empresas
1616	Participações em incentivos fiscais
1617	Certificado de investimentos
1618	Participações reflorestamento
1619	Empréstimos compulsórios
1620	IMOBILIZADO TÉCNICO
1621	Imóveis
1622	Equipamentos de transporte
1623	Construções e instalações
1624	Máquinas e equipamentos
1625	Móveis e utensílios
1626	Equipamentos de produção
1627	Equipamentos de comunicação
1628	Equipamentos diversos
1629	Equipamentos de informática
1630	Semoventes
1637	Equinos e muares
1640	Projeto implantação máquina III
1641	Encargos sobre financiamento máquina III
1650	Imobilizado técnico – reavaliação
1651	Construções e instalações – limite 75%
1652	Construções e instalações – limite 805
1653	Móveis e utensílios – limite 22%
1654	Equipamentos de produção – limite 32%
1655	Equipamentos de produção – limite 19%
1656	Equipamentos de comunicação – limite 44%
1660	Reflorestamento e florestamento
1661	Reflorestamento e florestamento
1662	Reflorestamento – taxa 6,6%
1663	Reflorestamento – taxa 5,5%
1670	Adiantamento fornecedores para aquisição Imobilizado
1671	Adiantamento fornecedores
1680	Outros créditos
1681	Consórcios não contemplados
1682	Marcas e patentes
1688	Projeto implantação máquina III
1690	ATIVO DIFERIDO
1691	Despesas pré-operacionais
1692	Projeto implantação fábrica – máquina III
1693	Ativo Diferido
1990	Compensado
1920	Compensado
1922	Florestas em formação
1923	Correção monetária de florestas em formação
1925	Construção Usina PCH Boa Vista
2000	PASSIVO
2100	PASSIVO CIRCULANTE
2110	Valores à pagar
2111	Fornecedores
2112	Credores por financiamento

2113	Obrigações sociais e fiscais
2114	Retenção INSS a pagar
2115	Credores por endosso
2120	Outros valores a pagar
2121	Honorários da diretoria
2122	Seguros a pagar
2123	Outras contas a pagar
2124	Gratificações a acionistas
2125	Adiantamento contrato de câmbio
2126	Representantes conta comissão
2127	Valores a compensar
2128	Clientes conta adiantamento
2129	Compromisso para entrega futura
2130	Provisões
2131	Provisão de férias
2132	Provisão de 13º salário
2136	Provisão para 13º salário
2137	Provisão para contingências
2200	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
2210	Valores a pagar
2211	Credores por financiamento
2212	Fornecedores
2213	Impostos parcelamento
2216	Credores por endosso
2217	Impostos a pagar
2220	Adiantamento de contrato de câmbio
2225	Adiantamento de contrato de câmbio
2300	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS
2310	Créditos futuros
2311	Impostos
2313	Impostos
2400	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2410	Capital Social
2411	Capital Social
2420	Reservas de capital
2421	Reservas de capital
2430	Reservas de lucro
2431	Lucro acumulado
2441	Sobras e faltas
2500	Patrimônio social
2510	Patrimônio social
2511	Patrimônio social
2520	Reservas do patrimônio social
2521	Reservas do patrimônio social
2540	Superávits ou déficits
2541	Superávits ou déficits acumulados
2900	Compensado
2920	Compensado
2921	Capital conta quotas
2922	Correção monetária de florestas
2925	Construção Usina PCH Boa Vista
3000	ESTOQUES
3100	Mercadorias para revenda
3130	Mercadorias para revenda
3131	Mercadorias para revenda
3200	Matéria-prima
3210	Matéria-prima

3211	Toros
3212	Toretos
3213	Celulose
3214	Pasta mecânica
3215	Aparas de papel
3300	Material secundário
3310	Material secundário
3311	Material de embalagem
3312	Produtos químicos
3313	Lenha
3400	Almoxarifado
3410	Almoxarifado
3411	Almoxarifado
3412	Vestimentas para máquinas
3900	Transferências internas
3910	Transferências internas
3911	Transferências internas
7000	CONTAS AUXILIARES DE RESULTADO
7100	Custos de produção
7110	Custo industrial
7111	Matéria-prima
7112	Material secundário
7400	Outros custos de produção
7410	Custo industrial
7413	Custo de pessoal
7414	Manutenção e conservação
7415	Outros custos de produção
7417	Custos indedutíveis
7900	Absorção de custo
7990	Absorção de custo
7999	(-) Absorção
9000	CONTAS DE RESULTADO
9100	Receita Operacional
9110	Vendas
9111	Vendas de produtos
9112	Vendas de mercadorias
9113	Venda de serviços
9114	Venda de resíduos
9116	Venda de matéria-prima
9118	Outras receitas
9119	Contribuições
9200	Abatimento da receita bruta
9210	Impostos e vendas canceladas
9211	Impostos
9212	Vendas canceladas
9300	Custos de vendas
9310	Custos de vendas
9311	Custo de produtos
9312	Custo de mercadorias
9313	Custo de matéria-prima
9314	Custo de serviços
9400	Despesas comerciais e administrativas
9410	Despesas administrativas
9413	Despesas com pessoal
9414	Manutenção e conservação
9415	Despesas gerais

9416	Despesas gerais
9417	Despesas indedutíveis
9500	Despesas/Receitas financeiras líquidas
9510	Despesas e Receitas financeiras
9511	Despesas financeiras
9512	Receitas financeiras
9600	Outros resultados operacionais
9610	Outros resultados operacionais
9611	Dividendos recebidos
9612	Outras receitas operacionais
9613	Outras despesas operacionais
9614	Provisão para devedores duvidosos
9615	Reversão para devedores duvidosos
9616	Provisão para investimentos a valor de mercado
9617	Provisão para perdas processos judiciais
9618	Participação projetos reflorestamento
9630	Despesas tributárias
9631	Fixas
9700	Resultado não operacional
9710	Receitas não operacionais
9711	Vendas do ativo permanente
9712	Outras receitas não operacionais
9713	Outras despesas não operacionais
9720	Resultado da baixa de bens
9721	Custo da baixa de bens do ativo permanente
9730	Outros resultados não operacionais
9731	Resultado de período anterior
9800	Resultado da correção monetária
9810	Resultado da correção monetária
9811	Correção monetária de balanço
9900	Provisão IRPJ e CSLL s/lucro
9910	Provisão IRPJ e CSLL s/lucro
9911	Resultado antes do Imposto de Renda
9912	Provisão IRPJ e CSLL s/lucro
9913	Provisão para contribuição social
9990	Conta transitória
9999	Conta transitória

FONTE: IBEMA Companhia Brasileira de Papel. 2006.

**ANEXO 3 - BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE
EXERCÍCIO - 2004 E 2003**

IBEMA CIA BRASILEIRA DE PAPEL
CNPJ 80.228.885/0001-10

Praça Marechal Floriano Peixoto, 42 5o andar - Sala 51 - Ponta Grossa - Paraná

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 31 DE DEZEMBRO DE 2003					EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2004 E DEZEMBRO 2003			
ATIVO			PASSIVO					
	2.004	2.003		2.004	2.003		2.004	2.003
CIRCULANTE	66.667.614	45.675.984	CIRCULANTE	64.424.151	57.960.804	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	152.774.920	88.333.472
Disponibilidades	451.126	276.473	Fornecedores	26.061.187	29.810.333	Vendas no mercado interno	132.308.647	73.581.951
Aplicações Financeiras	526.312	920.742	Empréstimos e financiamentos	22.468.055	23.362.949	Vendas no mercado externo	20.466.273	14.751.521
Duplicatas à receber de clientes	19.137.266	12.193.671	Obrigações sociais e trabalhistas	2.062.029	1.857.937			
Estoques	25.436.424	19.598.355	Obrigações tributárias	433.178	358.383	DEDUÇÕES DE VENDAS	-25.902.593	11.548.829
Reflorestamentos	8.894.457	0	Compromissos p/entrega futura	5.709.084	0	Impostos	-24.100.284	10.669.381
Impostos à recuperar	10.810.494	11.710.185	Adiantamentos recebidos	6.933.586	1.064.562	Devoluções e abatimentos	-1.802.309	-879.448
Adiantamentos concedidos	600.313	121.053	Outras contas a pagar	674.996	1.390.155	RECEITA LÍQUIDA	126.872.327	76.784.643
Outros créditos	708.051	761.552	Provisões para contingências	82.036	116.485	Custo dos produtos vendidos	105.140.201	66.142.593
Despesas exercício seguinte	103.171	93.953				LUCRO BRUTO	21.732.126	10.642.050
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	30.502.559	17.499.785	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	94.566.843	99.090.140	RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-32.914.744	19.763.237
Projetos de reflorestamento	18.483.152	2.125.203	Fornecedores	7.274.667	11.857.297	Despesas comerc. e administrativas	-17.143.585	12.712.719
Impostos à recuperar	11.986.695	15.332.367	Empréstimos e financiamentos	87.292.176	87.232.843	Despesas financeiras	-25.947.374	13.976.942
Depósitos judiciais	20.409	30.012				Receitas financeiras	10.761.369	6.307.657
Outros créditos	12.303	12.203				Outros resultados operacionais	-585.154	618.767
PERMANENTE	180.556.288	217.343.263	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	118.735.467	123.468.088	LUCRO OPERACIONAL	-11.182.618	-9.121.187
Investimentos	7.631.457	21.490.739	Capital social	55.000.000	45.000.000	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	7.890.448	2.820.200
Imobilizado	155.950.250	178.494.812	Reserva de reavaliação	39.140.663	55.450.544	LUCRO LÍQUIDO ANTES PROVISÕES	-3.292.170	-6.300.987
Diferido	16.974.581	17.357.712	Lucros acumulados	24.594.804	23.017.544	IRPJ e CSSL diferidos	57.848	574.304
TOTAL DO ATIVO	277.726.461	280.519.032	TOTAL DO PASSIVO	277.726.461	280.519.032	Provisão para IRPJ sobre lucro	0	0
						Provisão para CSSL	0	0
						LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-3.234.322	-5.726.683

FONTE: IBEMA Companhia Brasileira de Papel. 2006.

**ANEXO 4 - BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO
EXERCÍCIO - 2005 E 2004**

IBEMA CIA BRASILEIRA DE PAPEL
CNPJ 80.228.885/0001-10
Praça Marechal Floriano Peixoto, 42 5o andar - Sala 51
Ponta Grossa - Paraná

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004					EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2005 E DEZEMBRO 2004			
ATIVO			PASSIVO					
	2.005	2.004		2.005	2.004		2.005	2.004
CIRCULANTE	57.018.527	66.667.614	CIRCULANTE	54.304.567	64.424.151	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	176.550.705	152.774.920
Disponibilidades	124.205	451.126	Fornecedores	23.277.698	26.061.187	Vendas no mercado interno	151.589.182	132.308.647
Aplicações Financeiras	561.667	526.312	Empréstimos e financiamentos	23.901.859	22.468.055	Vendas no mercado externo	24.961.523	20.466.273
Duplicatas à receber de clientes	13.960.756	19.137.266	Obrigações sociais e trabalhistas	3.177.308	2.495.207	DEDUÇÕES DE VENDAS	-27.827.899	-25.902.593
Estoques	21.946.921	25.436.424	Compromissos p/entrega futura	903.140	5.709.084	Impostos	-24.976.011	-24.100.284
Reflorestamentos	6.550.301	8.894.457	Adiantamentos recebidos	2.435.301	6.933.586	Devoluções e abatimentos	-2.851.888	-1.802.309
Impostos à recuperar	12.536.869	10.810.494	Outras contas a pagar	609.261	674.996	RECEITA LÍQUIDA	148.722.806	126.872.327
Adiantamentos concedidos	546.160	600.313	Provisões para contingências	0	82.036	Custo dos produtos vendidos	128.429.648	105.140.201
Outros créditos	683.422	708.051	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	82.229.980	94.566.843	LUCRO BRUTO	20.293.158	21.732.126
Despesas exercício seguinte	108.226	103.171	Fornecedores	3.436.847	7.274.667	RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-25.001.630	-32.914.744
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	50.852.525	30.502.559	Empréstimos e financiamentos	74.797.401	87.292.176	Despesas comerc. e administrativas	-19.954.388	-17.143.585
Projetos de reflorestamento	2.767.460	18.483.152	Impostos a pagar	3.995.732	0	Despesas financeiras	-19.447.958	-25.947.374
Impostos à recuperar	6.525.965	11.986.695	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	121.954.732	118.735.467	Receitas financeiras	4.166.360	10.761.369
Depósitos judiciais	3.075	20.409	Capital social	55.000.000	55.000.000	Outros resultados operacionais	10.234.356	-585.154
Outros créditos	12.303	12.303	Reserva de reavaliação	0	39.140.663	LUCRO OPERACIONAL	-4.708.472	-11.182.618
Reflorestamentos	41.543.722	0	Lucros acumulados	66.954.732	24.594.804	Variação Cambial e Monetária Líquida	8.917.926	0
PERMANENTE	150.618.227	180.556.288	TOTAL DO PASSIVO	258.489.279	277.726.461	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	384.079	7.890.448
Investimentos	4.106.994	7.631.457				LUCRO LÍQUIDO ANTES PROVISÕES	4.593.533	-3.292.170
Imobilizado	136.365.799	155.950.250				IRPJ e CSSL diferidos	0	57.848
Diferido	10.145.434	16.974.581				Provisão para IRPJ e CSLL sobre lucro	-952.508	0
TOTAL DO ATIVO	258.489.279	277.726.461				LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.641.025	-3.234.322

FONTE: IBEMA Companhia Brasileira de Papel. 2006.

ANEXO 5 - CUSTOS DE PRODUÇÃO IBEMA 2005 E 2004

IBEMA Cia Brasileira de Papel

GRUPO	NOME DO GRUPO	CONTA	NOME DA CONTA	2005	2004		
				TOTAL GERAL	TOTAL GERAL		
7111	MATÉRIA PRIMA	3105	TORETES TURVO	-1.997.849,90	-1.542.001,35		
		3106	CELULOSE TURVO	-29.720.687,96	-28.485.351,43		
		3107	PASTA MECÂNICA TERCEIROS TURVO	-9.943.623,33	-6.744.234,42		
		3108	APARAS TURVO	-4.445.281,16	-4.887.681,29		
		3109	PRODUTOS QUÍMICOS TURVO	-23.898.171,03	-22.094.430,96		
		3112	LENHAS TURVO	-3.286.074,49	-2.540.551,78		
		3113	RESÍDUOS - PICADOR	-1.306.690,93	-1.190.665,73		
		3132	EMBALAGENS TURVO	-3.625.636,76	-3.697.370,81		
		3137	RESÍDUOS IBEMA	-711.667,45	-437.079,64		
		3138	CELULOSE IBEMA	-11.393.717,16	-12.200.185,04		
		3139	PASTA MECÂNICA TERCEIROS - IBEMA	-10.134,72	-25.006,09		
		3141	EMBALAGENS IBEMA	-522.108,66	-528.505,45		
		3142	PRODUTOS QUÍMICOS IBEMA	-1.812.853,08	-1.894.041,34		
		3145	ALMOXARIFADO IBEMA	1.056,36	0,00		
		7111 Total				-82.198.061,25	-73.871.946,27
		7413	CUSTO DE PESSOAL	7002	SALÁRIOS	-5.755.732,00	-4.960.009,44
7004	13º SALÁRIO			-532.444,64	-462.739,01		
7005	FÉRIAS			-720.753,28	-622.874,64		
7007	AVISO PRÉVIO			-38.531,40	-30.856,28		
7008	INDENIZAÇÃO			-474,05	-597,60		
7010	I.N.S.S.			-1.582.126,67	-1.402.658,87		
7011	F.G.T.S.			-677.396,28	-551.850,74		
7014	SALÁRIO EDUCAÇÃO			-167.492,01	-144.517,91		
7015	CURSOS E TREINAMENTOS			-46.298,52	-20.025,14		
7016	ASSISTÊNCIA SOCIAL			-16.409,40	-15.138,67		
7017	VALE TRANSPORTE			1.951,05	-10.639,77		
7018	REFEIÇÕES			0,00	-29,87		
7024	SEGURO DE VIDA EM GRUPO			-30.970,63	-27.091,44		
7025	CESTA BÁSICA			-468.828,08	-390.177,15		
7027	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS			-57.540,30	0,00		
7029	DESPESAS COM ESTAGIÁRIOS			-7.461,29	-18.653,68		
7030	SESI			-95.792,09	-86.710,49		
7031	SENAI			-76.640,66	-69.358,73		
7032	RECLAMATÓRIAS TRABALHISTAS	-12.590,25	-5.000,00				
7901	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	49.716,53	42.931,91				
7413 Total				-10.235.813,97	-8.775.997,52		
7414	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	7117	CONSERVAÇÃO EQUIP. DE TRANSPORTE	-126.990,39	-20.425,17		
		7134	CONSERVAÇÃO EQUIP. DE ESCRITÓRIO	-12.874,72	-3.666,68		
		7142	CONSERVAÇÃO DE BENFEITORIAS/INSTALAÇÕES	-455.514,99	-194.467,70		
		7143	CONSERVAÇÃO EQUIP. PRODUÇÃO/OPERATRIZES	-3.774.099,31	-3.970.757,96		
		7144	MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS DIVERSOS	-81,36	0,00		
		7163	CONSERV. EQUIP. OPERATRIZES	-10.241,10	-3.383,70		
		7173	VESTIMENTAS P/MÁQUINAS	-1.607.484,06	-1.335.994,09		

7414 Total			-5.987.285,93	-5.528.695,30	
7415	OUTROS CUSTOS DE PRODUÇÃO	7143	CONSERVAÇÃO EQUIP.PRODUÇÃO/OPERATRIZES	0,00	-10.000,00
		7173	VESTIMENTAS P/MÁQUINAS	0,00	-9.218,46
		7218	DESPESAS DE VIAGENS	-69.146,27	-48.218,79
		7219	LEGAIS E JUDICIAIS	-4.689,10	-1.583,15
		7220	DESPESAS POSTAIS E TELEX	-1.120,47	-1.913,02
		7221	DONATIVOS E CONTRIBUIÇÕES	110,00	0,00
		7222	JORNAIS E REVISTAS	-504,10	-548,26
		7224	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	-1.131,20	-85,00
		7225	TELEFONE	-41.432,55	-65.253,05
		7226	ALUGUEL	-937.699,80	-701.099,41
		7227	MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	-238.990,46	-190.336,79
		7228	SEGUROS	-655.717,96	-617.460,39
		7230	ÁGUA E LUZ	-1.446.937,22	-1.185.617,26
		7231	DEPRECIÇÃO	-7.605.108,29	-7.616.912,60
		7233	FRETES E CARRETOS	-205.542,97	-212.560,89
		7234	DESPESAS COM REFEIÇÕES	-62.203,22	-45.621,78
		7235	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	-1.031.641,96	-614.104,78
		7237	LUBRIFICANTES	0,00	-9,00
		7239	LEASING	-4.448,65	-10.676,76
		7240	DEPRECIÇÃO REAVALIAÇÃO TURVO - CEAG JUN/90	-143.561,88	-143.561,88
		7241	BENS PERMANENTE DEDUZIDOS DESPESA	-16.197,81	-10.450,12
		7242	DEPRECIÇÃO REAVALIAÇÃO TURVO - CEAP JUN/98	-773.686,96	-806.462,11
		7243	DEPRECIÇÃO REAVALIAÇÃO IBEMA - CEAP DEZ/2002	-1.050.369,05	-1.054.754,28
		7245	EXAUSTÃO DE FLORESTAS	-992.755,75	-1.049.631,88
		7246	DEPRECIÇÃO REAVALIAÇÃO TURVO - CEAP DEZ/2003	-26.106,60	-21.755,50
		7247	OUTRAS	-9.607,69	-4.315,34
		7248	SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURIDICA	-2.189.009,41	-2.277.696,95
		7249	MATERIAIS DE CONSUMO	-896.415,09	-953.777,64
		7251	EXAUSTÃO DE FLORESTAS REAVALIAÇÃO 1990	-29.900,15	-68.080,30
		7252	EXAUSTÃO DE FLORESTAS REAVALIAÇÃO 1998	-810.959,02	-1.505.178,49
		7253	EXAUSTÃO DE FLORESTAS REAVALIAÇÃO 2002	-28.737,74	-877.989,27
		7254	EXAUSTÃO DE FLORESTAS REAVALIAÇÃO 2003	-1.515.897,94	-1.772.587,72
		7257	AMORTIZAÇÃO PRÉ-OPERACIONAIS	-3.661.949,16	-3.661.949,16
		7258	CONDUÇÃO	-64.879,95	-55.440,72
7259	CONTRIBUIÇÃO ENTIDADE DE CLASSE	-694,20	0,00		
7265	SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	-121.423,42	-150.534,73		
7266	DESPESAS COM SEGURANÇA	-136.001,43	-93.402,96		
7267	(-) DEVOLUÇÕES	456,71	0,00		
7269	MUDAS	-147.397,61	-140,00		
7270	ESTADIAS	-170,00	-30,00		
7278	CONTRIB. ASSISTÊNCIA EMPREGADOS	-301.133,66	-255.612,90		
7282	ODONTOLÓGICAS	-29,80	0,00		
7293	INSS S/ VENDAS PRODUTOS RURAIS	-165.878,16	-30.946,13		
7296	I.N.S.S. S/ AUTONOMOS	-33.813,33	-29.311,19		
7901	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.920,94	6.841,15		
7415 Total			-25.420.402,38	-26.147.987,51	
7417	CUSTOS INDEDUTÍVEIS	7501	MULTAS	0,00	0,00
		7505	OUTRAS DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS	0,00	-620,08

7417 Total				0,00	-620,08
Subtotal				-123.841.563,53	-114.325.246,68
7999	(-) ABSORÇÃO	3099	(-) ABSORÇÃO	2.047.228,80	1.406.200,53
		3199	(-) ABSORÇÃO	121.794.334,73	112.919.046,15
7999 Total				123.841.563,53	114.325.246,68
Total geral				0,00	0,00

FONTE: IBEMA Companhia Brasileira de Papel. 2006.

ANEXO 6 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ANALÍTICA
IBEMA 2005 E 2004

IBEMA Cia Brasileira de Papel

					2005	2.004
DRE	CÓDIGO CONTAS	NOME DAS CONTAS PRINCIPAIS	CÓDIGO COMPLEMENTAR	NOME DA CONTA	TOTAL GERAL	TOTAL GERAL
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9111	VENDAS DE PRODUTOS	6002	MERCADO INTERNO	146.580.832,84	130.558.567,02
			6003	MERCADO EXTERNO	24.961.522,93	20.466.272,58
		VENDAS DE PRODUTOS Total				171.542.355,77
	9112	VENDAS DE MERCADORIAS	6002	MERCADO INTERNO	810.236,80	338.160,98
			VENDAS DE MERCADORIAS Total			810.236,80
	9116	VENDAS DE MATÉRIA PRIMA	6002	MERCADO INTERNO	4.198.112,37	1.411.919,58
			VENDAS DE MATÉRIA PRIMA Total			4.198.112,37
RECEITA OPERACIONAL BRUTA Total					176.550.704,94	152.774.920,16
IMPOSTOS	9211	IMPOSTOS	7301	I.C.M.S.	-13.656.150,07	-13.588.269,77
			7303	PIS S/ FATURAMENTO	-1.976.624,50	-1.927.327,64
			7305	COFINS	-9.343.237,24	-8.584.686,94
		IMPOSTOS Total				-24.976.011,81
IMPOSTOS Total					-24.976.011,81	-24.100.284,35
DEVOLUÇÕES	9212	VENDAS CANCELADAS	7399	DEVOLUÇÕES	-2.851.887,60	-1.802.308,69
VENDAS CANCELADAS Total				-2.851.887,60	-1.802.308,69	
DEVOLUÇÕES Total					-2.851.887,60	-1.802.308,69
CUSTO PRODUTO VENDIDO	9311	CUSTO DE PRODUTOS	7301	I.C.M.S.	3.312,34	0,00
			7305	COFINS	-51.770,33	0,00
			7401	CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	-127.169.226,38	-104.982.308,55
			7402	CUSTO DE MERCADORIA VENDIDA	79.007,73	180.521,58
			7403	CUSTO DE MATÉRIA PRIMA VENDIDA	-666.669,43	-340.460,03
			7901	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	0,00	2.046,00
			CUSTO DE PRODUTOS Total			
	9312	CUSTO DE MERCADORIAS	7226	ALUGUEL	200,00	0,00
	CUSTO DE MERCADORIAS Total				200,00	0,00
	9314	CUSTO DE SERVIÇOS	7406	CUSTO DE SERVIÇOS	-624.502,43	0,00
CUSTO DE SERVIÇOS Total				-624.502,43	0,00	
CUSTO PRODUTO VENDIDO Total					-128.429.648,50	-105.140.201,00
DESP.COML.ADM	9413	DESPESAS COM PESSOAL	7001	HONORÁRIOS DA DIRETORIA	-598.343,87	-472.399,77
			7002	SALÁRIOS	-2.166.452,87	-1.785.372,83
			7004	13º SALÁRIO	-202.992,63	-168.541,43
			7005	FÉRIAS	-279.481,16	-245.696,55
			7007	AVISO PRÉVIO	-4.513,17	-15.740,56
			7008	INDENIZAÇÃO	0,00	-5.448,89
			7010	I.N.S.S.	-618.838,92	-500.435,42
			7011	F.G.T.S.	-224.728,29	-296.710,17
			7014	SALÁRIO EDUCAÇÃO CURSOS E TREINAMENTOS	-62.434,16	-51.524,91
			7015		-41.266,97	-7.666,77

		7016	ASSISTÊNCIA SOCIAL	-19.729,47	-36.392,29
		7017	VALE TRANSPORTE	-31.597,44	-11.152,00
		7018	REFEIÇÕES	-5.252,33	-6.096,37
		7023	TICKET RESTAURANTE	-81.113,50	-72.093,27
		7024	SEGURO DE VIDA EM GRUPO	-6.848,26	-6.067,60
		7025	CESTA BÁSICA	-76.997,23	-66.208,51
		7027	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS	-8.551,53	0,00
		7028	I.N.S.S. S/AUTÔNOMOS	-137.041,54	-110.731,98
		7029	DESPESAS COM ESTAGIÁRIOS	-30.993,23	-28.219,75
		7030	SESI	-37.498,98	-30.913,09
		7031	SENAI	-29.959,80	-24.723,04
		7032	RECLAMATÓRIAS TRABALHISTAS	0,00	-49.008,29
		7044	HONORÁRIOS CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	-86.669,47	-82.611,37
		7413	DESPESAS COM PESSOAL	0,00	-39,87
		7901	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	15.428,77	18.078,38
		DESPESAS COM PESSOAL Total		-4.735.876,05	-4.055.716,35
9414	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	7117	CONSERVAÇÃO EQUIP. DE TRANSPORTE	-94.858,38	-64.395,06
		7134	CONSERVAÇÃO EQUIP. DE ESCRITÓRIO	-17.298,39	-27.451,92
		7142	CONSERVAÇÃO DE BENFEITORIAS/INSTALAÇÕES	-87.931,68	-138.951,87
		7143	CONSERVAÇÃO EQUIP.PRODUÇÃO/OPERATRIZES	-170.902,16	-191.414,57
		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO Total		-370.990,61	-422.213,42
9415	DESPESAS GERAIS	7016	ASSISTÊNCIA SOCIAL	-19.866,20	0,00
		7017	VALE TRANSPORTE	-2.995,40	-10.909,36
		7134	CONSERVAÇÃO EQUIP. DE ESCRITÓRIO	-595,00	0,00
		7218	DESPESAS DE VIAGENS	-552.360,13	-479.897,99
		7219	LEGAIS E JUDICIAIS	-80.032,15	-52.591,26
		7220	DESPESAS POSTAIS E TELEX	-34.949,02	-26.383,66
		7221	DONATIVOS E CONTRIBUIÇÕES	-334.538,65	-55.721,41
		7222	JORNAIS E REVISTAS	-6.309,11	-7.520,21
		7223	BRINDES E OFERTAS	-34,28	-595,00
		7224	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	-343.530,93	-417.443,30
		7225	TELEFONE	-463.663,72	-365.053,88
		7226	ALUGUEL	-279.467,96	-268.361,07
		7227	MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	-131.013,43	-140.705,58
		7228	SEGUROS	-34.986,50	-34.586,93
		7230	ÁGUA E LUZ	-26.371,51	-23.139,86
		7231	DEPRECIACÃO	-257.798,43	-288.893,59
		7232	COMISSÕES	-3.632.929,45	-2.976.653,32
		7233	FRETES E CARRETOS	-2.457.847,48	-2.572.144,53
		7234	DESPESAS COM REFEIÇÕES	-33.258,08	-29.771,69
		7235	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	-137.960,39	-106.525,99
		7238	VALE PEDÁGIO	0,00	-25.741,00

			7239	LEASING	-71.658,54	-45.454,37
			7240	DEPRECIÇÃO REAVALIAÇÃO TURVO - CEAG JUN/90	-86.530,08	-103.179,72
			7241	BENS PERMANENTE DEDUZIDOS DESPESA	-10.050,66	-15.818,74
			7242	DEPRECIÇÃO REAVALIAÇÃO TURVO - CEAP JUN/98	-548.501,88	-67.061,94
			7243	DEPRECIÇÃO REAVALIAÇÃO IBEMA - CEAP DEZ/2002	-40.185,72	-40.185,72
			7244	DEPRECIÇÃO REAVALIAÇÃO GUARAPUAVA CEAP MAR/03	-205.032,96	-212.442,42
			7246	DEPRECIÇÃO REAVALIAÇÃO TURVO - CEAP DEZ/2003	-28.383,20	-17.288,74
			7247	OUTRAS	-63.663,13	-12.928,84
			7248	SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURIDICA	-3.222.982,02	-3.437.738,80
			7249	MATERIAIS DE CONSUMO	-126.806,24	-100.992,77
			7250	DESPESAS COM CONDOMÍNIO	-14.194,65	-12.856,54
			7257	AMORTIZAÇÃO PRÉ OPERACIONAIS	0,00	-200,00
			7258	CONDUÇÃO	-156.954,19	-115.270,01
			7259	CONTRIBUIÇÃO ENTIDADE DE CLASSE	-62.650,51	-40.180,71
			7262	MEDICAMENTOS	-19,09	0,00
			7265	SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	-543.916,35	-422.169,77
			7266	DESPESAS COM SEGURANÇA	-13.784,47	-8.273,14
			7267	(-) DEVOLUÇÕES	10.461,02	14.977,00
			7269	MUDAS	-6.000,00	0,00
			7278	CONTRIB. ASSISTÊNCIA EMPREGADOS	-167.188,30	-133.036,92
			7281	ASSISTÊNCIAS MÉDICAS	-310,00	0,00
			7296	I.N.S.S. S/ AUTONOMOS	-101.811,51	-84.592,41
			7298	DESP.C/PROGRAMA DESENVOLVIMENTO	-703,59	0,00
			7901	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	127.615,49	76.747,05
			8303	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	-22.684,30	0,00
			8311	DESPESAS COM EXPORTAÇÕES.	-305.618,74	0,00
			DESPESAS GERAIS Total		-14.492.061,44	-12.660.587,14
	9417	DESPESAS INDEDUTÍVEIS	7501	MULTAS	-10.124,31	-4.639,16
			7504	DESPESAS INDEDUTÍVEIS	-323.964,33	0,00
			7505	OUTRAS DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS	-21.370,87	-429,00
			DESPESAS INDEDUTÍVEIS Total		-355.459,51	-5.068,16
DESP.COML.ADM Total					-19.954.387,61	-17.143.585,07
DESP.FINANCEIRAS	9511	DESPESAS FINANCEIRAS	7501	MULTAS	-375.664,67	-15.366,95
			7601	DESCONTOS CONCEDIDOS	-755.752,33	-335.241,96
			7602	JUROS PASSIVOS	-12.152.484,09	-11.570.866,06
			7603	VARIAÇÃO MONETÁRIA PASSIVA	-2.873.016,83	-1.780.427,25

			7606	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	-6.164.056,64	-4.732.665,33
			7607	VARIAÇÃO CAMBIAL PASSIVA	-6.464.843,77	-7.512.806,25
		DESPESAS FINANCEIRAS Total			-28.785.818,33	-25.947.373,80
DESP.FINANCEIRAS Total					-28.785.818,33	-25.947.373,80
RECEITA FINANCEIRA	9512	RECEITAS FINANCEIRAS	7607	VARIAÇÃO CAMBIAL PASSIVA	99.650,04	0,00
			7701	DESCONTOS OBTIDOS	451.538,66	266.951,92
			7702	JUROS ATIVOS	734.434,19	383.294,60
			7703	JUROS SELIC S/ CRÉDITO EXTEMPORÂNEO IPI	2.779.811,82	1.533.223,11
			7704	VARIAÇÃO MONETÁRIA ATIVA	189.446,54	14.252,05
			7705	VARIAÇÃO CAMBIAL ATIVA	17.966.689,84	8.422.464,98
			7707	RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	200.574,92	141.182,33
		RECEITAS FINANCEIRAS Total			22.422.146,01	10.761.368,99
RECEITA FINANCEIRA Total					22.422.146,01	10.761.368,99
OUTROS RESULT.OPERAC.	9611	DIVIDENDOS RECEBIDOS	7803	DIVIDENDOS	0,99	5.397,27
		DIVIDENDOS RECEBIDOS Total			0,99	5.397,27
	9612	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	7226	ALUGUEL	28.996,73	69.859,11
			7904	RECEITAS EVENTUAIS	-51.696,63	51.769,82
			7909	BRINDES	0,00	6.552,44
			7915	ARRENDAMENTO	260.000,00	220.000,00
			8393	BONIFICAÇÃO	96.735,31	355.563,10
			500048	SUBVENIENCIA ATIVA	11.752.152,00	0,00
		OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS Total			12.086.187,41	703.744,47
	9614	PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS	7275	PERDAS COM CLIENTES	-801.730,85	-348.508,42
			8101	PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	0,00	-157.578,76
		PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS Total			-801.730,85	-506.087,18
	9615	REVERSÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS	7299	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS	4.200,00	2.800,00
			8102	REVERSÃO PROV. P/ DEVEDORES DUVIDOSOS	3.712,00	290.808,16
		REVERSÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS Total			7.912,00	293.608,16
	9631	FIXAS	7271	PIS S/ RECEITA FINANCEIRA	-1.363,99	262.684,64
			7272	COFINS S/ RECEITA FINANCEIRA	6.804,06	-476.250,72
			7606	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	0,00	9,79
			8301	I.P.T.U.	-174,07	-154,95
			8302	I.T.R.	-23.801,35	-31.746,51
			8303	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	-10.326,81	-27.973,03
			8304	ALVÁRA DE LICENÇA	-841,36	-614,63
			8305	IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS	-350,47	-287,40
			8306	FUNREBOM	0,00	-185,97
			8307	TAXAS VÁRIAS	-66.134,77	-72.560,63
			8308	I.P.V.A.	-5.350,59	-5.588,93
			8312	C.P.M.F.	-954.580,91	-728.661,31
			8313	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	-1.893,16	-486,93

		FIXAS Total			-1.058.013,42	-1.081.816,58
OUTROS RESULT.OPERAC. Total					10.234.356,13	-585.153,86
RESULT.NÃO OPERACIONAL	9711	VENDAS DO ATIVO PERMANENTE	8401	IMOBILIZADO	36.954,00	1.415.163,92
		VENDAS DO ATIVO PERMANENTE Total			36.954,00	1.415.163,92
RESULT.NÃO OPERACIONAL	9712	OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	564	PROJETO BARRA GRANDE	0,00	949,18
			567	PROJETO LIMEIRA II	0,00	1.572,42
			569	PROJETO SÃO FRANCISCO	0,00	3.503.649,70
			906	PROJETO LIMEIRA	0,00	25.111,05
			2253	PROJETO MARREAS I	0,00	44.944,76
			2398	PROJETO IMAPAR 13	577.085,72	1.963.131,59
			2399	PROJETO IMAPAR 14	0,00	13.664,12
			2401	PROJETO IMAPAR 17	0,00	1.155,64
			7801	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	0,00	1.756.645,00
			OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS Total			577.085,72
RESULT.NÃO OPERACIONAL	9721	CUSTO DA BAIXA DE BENS ATIVO PERMANENTE	7805	REAL. REAV. CEAP 06/90	-91.996,14	-453.478,48
			7806	REAL. REAV. CEAP 06/98	-91.996,14	0,00
			7809	REAVALIAÇÃO TURVO- CEAP DEZ/2003	-6.440,06	0,00
			8501	CUSTO DE IMOBILIZADO VENDIDO	-2.334,39	-382.060,82
			CUSTO DA BAIXA DE BENS ATIVO PERMANENTE Total			-100.770,59
RESULT.NÃO OPERACIONAL	9731	RESULTADO DE PERIODO ANTERIOR	7501	MULTAS	-91.461,84	0,00
			7602	JUROS PASSIVOS	-37.728,01	0,00
			9996	PROVISÃO I.R.P.J. S/ LUCRO	0,00	0,00
			9997	PROVISÃO C.S.S.L. S/ LUCRO	0,00	0,00
			RESULTADO DE PERIODO ANTERIOR Total			-129.189,85
RESULT.NÃO OPERACIONAL Total					384.079,28	7.890.448,08
IRPJ E CSLL DIFERIDOS	9912	PROVISÃO IRPJ E CSLL S/ LUCRO	9996	PROVISÃO I.R.P.J. S/ LUCRO	3.246.231,17	42.710,00
			9997	PROVISÃO C.S.S.L. S/ LUCRO	-3.674.676,17	15.137,61
			PROVISÃO IRPJ E CSLL S/ LUCRO Total			-428.445,00
IRPJ E CSLL DIFERIDOS Total					-428.445,00	57.847,61
PROVISÃO IR S/LUCRO	9912	PROVISÃO IRPJ E CSLL S/ LUCRO	9996	PROVISÃO I.R.P.J. S/ LUCRO	-393.226,68	0,00
				PROVISÃO IRPJ E CSLL S/ LUCRO Total		
PROVISÃO IR S/LUCRO Total					-393.226,68	0,00
PROVISÃO PARA A CSLL	9912	PROVISÃO IRPJ E CSLL S/ LUCRO	9997	PROVISÃO C.S.S.L. S/ LUCRO	-130.835,35	0,00
				PROVISÃO IRPJ E CSLL S/ LUCRO Total		
PROVISÃO PARA A CSLL Total					-130.835,35	0,00
					3.641.025,48	-3.234.321,93

FONTE: IBEMA Companhia Brasileira de Papel. 2006.

**ANEXO 7 - RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE –
CFC Nº 1.003/04**

**Aprova a NBC T 15 – Informações
de Natureza Social e Ambiental**

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas constituem corpo de doutrina contábil que estabelece regras de procedimentos técnicos a serem observadas quando da realização de trabalhos;

CONSIDERANDO que a forma adotada de fazer uso de trabalhos de instituições com as quais o Conselho Federal de Contabilidade mantém relações regulares e oficiais está de acordo com as diretrizes constantes dessas relações;

CONSIDERANDO que o Grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade, atendendo ao que está disposto no Art. 1º da Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993, elaborou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

CONSIDERANDO que por se tratar de atribuição que, para o adequado desempenho, deve ser empreendida pelo Conselho Federal de Contabilidade em regime de franca, real e aberta cooperação com o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, o Instituto Nacional de Seguro Social, o Ministério da Educação, a Secretaria Federal de Controle, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional e a Superintendência de Seguros Privados,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, sendo recomendada a sua adoção antecipada.

Brasília, 19 de agosto de 2004.

Contador JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente

Ata CFC nº 861
Procs. CFC nos 40/04 e 42/04.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

15.1 – CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS

15.1.1 – Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

15.1.2 – Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

15.1.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

15.1.4 – A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

15.1.5 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

15.2 – INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS

15.2.1 – Geração e Distribuição de Riqueza

15.2.1.1 – A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.

15.2.2 – Recursos Humanos

15.2.2.1 – Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.

15.2.2.2 – Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:

- a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;
- b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;
- c) gastos com encargos sociais;
- d) gastos com alimentação;
- e) gastos com transporte;

- f) gastos com previdência privada;
- g) gastos com saúde;
- h) gastos com segurança e medicina do trabalho;
- i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);
- j) gastos com cultura;
- k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;
- l) gastos com creches ou auxílios-creche;
- m) participações nos lucros ou resultados.

15.2.2.3 – Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.

15.2.2.4 – Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:

- a) total de empregados no final do exercício;
- b) total de admissões;
- c) total de demissões;
- d) total de estagiários no final do exercício;
- e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
- f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;
- g) total de empregados por sexo;
- h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:
 - menores de 18 anos
 - de 18 a 35 anos
 - de 36 a 60 anos
 - acima de 60 anos
- i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:
 - analfabetos
 - com ensino fundamental
 - com ensino médio
 - com ensino técnico
 - com ensino superior
 - pós-graduados
- j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

15.2.2.5 – Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:

- a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
- b) número de processos trabalhistas julgados procedentes
- c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
- d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

15.2.2.6 – Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.

15.2.3 – Interação da Entidade com o Ambiente Externo

15.2.3.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

15.2.3.2 – Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:

- a) educação, exceto a de caráter ambiental;

- b) cultura;
- b) saúde e saneamento;
- c) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;
- d) alimentação.

15.2.3.3 – Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:

- a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
- b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;
- c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;
- d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;
- e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;
- f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

15.2.3.4 - Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

15.2.4 – Interação com o Meio Ambiente

15.2.4.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) passivos e contingências ambientais.

15.3 – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.3.1 – Além das informações contidas no item 15.2, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.

15.3.2 - As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.

15.3.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

**ANEXO 8 - RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE –
CFC Nº 1.010 DE 21.01.2005**

Aprova a NBC T 3.7 - Demonstração do Valor Adicionado

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas constituem corpo de doutrina contábil que estabelece regras de procedimentos técnicos a serem observadas quando da realização de trabalhos;

CONSIDERANDO que a forma adotada de fazer uso de trabalhos de instituições com as quais o Conselho Federal de Contabilidade mantém relações regulares e oficiais está de acordo com as diretrizes constantes dessas relações;

CONSIDERANDO que o Grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade, atendendo ao que está disposto no Art. 1º da Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993, elaborou a NBC T 3.7 - Demonstração do Valor Adicionado.

CONSIDERANDO que por se tratar de atribuição que, para o adequado desempenho, deve ser empreendida pelo Conselho Federal de Contabilidade em regime de franca, real e aberta cooperação com o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, o Instituto Nacional de Seguro Social, o Ministério da Educação, a Secretaria Federal de Controle, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional e a Superintendência de Seguros Privados, resolve:

Art. 1º Aprovar a NBC T 3.7 Demonstração do Valor Adicionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente do Conselho

Ata CFC nº 867/05

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

NBC T 3.7 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

3.7.1. CONCEITUAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

3.7.1.1. Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações econômicas e financeiras, relacionadas ao valor adicionado pela entidade e sua distribuição.

3.7.1.2. Demonstração do Valor Adicionado é a demonstração contábil destinada a evidenciar,

de forma concisa, os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição.

3.7.1.3. As informações devem ser extraídas da contabilidade e os valores informados devem ter como base o princípio contábil da competência.

3.7.1.4. Caso a entidade elabore Demonstrações Contábeis Consolidadas, a Demonstração do Valor Adicionado deve ser elaborada com base nas demonstrações consolidadas, e não pelo somatório das Demonstrações do Valor Adicionado individuais.

3.7.2. ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

3.7.2.1. A Demonstração do Valor Adicionado deve ser apresentada de forma comparativa mediante a divulgação simultânea de informações do período atual e do anterior.

3.7.2.2. A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às Demonstrações Contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

3.7.2.3. A Demonstração do Valor Adicionado deve evidenciar os componentes abaixo:

- a) a receita bruta e as outras receitas;
- b) os insumos adquiridos de terceiros;
- c) os valores retidos pela entidade;
- d) os valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades;
- e) valor total adicionado a distribuir; e
- f) distribuição do valor adicionado.

3.7.2.4. No grupo de receita bruta e outras receitas, devem ser apresentados:

- a) as vendas de mercadorias, produtos e serviços, incluindo os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas, ou seja, o valor correspondente à receita bruta, deduzidas as devoluções, os abatimentos incondicionais e os cancelamentos;
- b) as outras receitas decorrentes das atividades afins não-constantas da letra "a" deste item, acima, ou não constantes do item 3.7.2.8, a seguir;

c) os valores relativos à constituição (reversão) de provisão para créditos duvidosos;

d) os resultados não-decorrentes das atividades-fim, como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizado, investimentos, etc., exceto os decorrentes do item 3.7.2.8 a seguir.

3.7.2.5. No grupo de insumos adquiridos de terceiros, devem ser apresentados:

- a) materiais consumidos incluídos no custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos;
- b) demais custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, exceto gastos com pessoal próprio e depreciações, amortizações e exaustões;
- c) despesas operacionais incorridas com terceiros, tais como: materiais de consumo, telefone, água, serviços de terceiros, energia;
- d) valores relativos a perdas de ativos, como perdas na realização de estoques ou investimentos, etc.

3.7.2.6. Nos valores constantes dos itens "a", "b" e "c" acima, devem ser considerados todos os tributos incluídos na aquisição, recuperáveis ou não.

3.7.2.7. Os valores retidos pela entidade são representados pela depreciação, amortização e exaustão registrados no período.

3.7.2.8. Os valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades correspondem:

- a) ao resultado positivo ou negativo de equivalência patrimonial;
- b) aos valores registrados como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo;
- c) aos valores registrados como receitas financeiras relativos a quaisquer operações com instituições financeiras, entidades do grupo ou terceiros, exceto para entidades financeiras que devem classificá-las conforme descrito no item 3.7.2.4; e
- d) aos valores registrados como receitas de aluguéis ou royalties, quando se tratar de entidade que não tenha como objeto essa atividade.

3.7.2.9. No componente relativo à distribuição do valor adicionado, devem constar:

- a) colaboradores - devem ser incluídos salários, férias, 13º salário, FGTS, seguro de acidentes de trabalho, assistência médica, alimentação, transporte, etc., apropriados ao custo do produto ou ao serviço vendido ou ao resultado do período, exceto os encargos com o INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAT, SENAC e outros assemelhados. Fazem parte desse conjunto, também, os valores representativos de comissões, gratificações, participações, planos privados de aposentadoria e pensão, seguro de vida e acidentes pessoais.
- b) governo - devem ser incluídos impostos, taxas e contribuições, inclusive as contribuições devidas ao INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAT, SENAC e outros assemelhados, imposto de renda, contribuição social, ISS, CPMF, todos os demais tributos, taxas e contribuições. Os valores relativos a ICMS, IPI, PIS, Cofins e outros assemelhados devem ser considerados os valores devidos ou já recolhidos aos cofres públicos, representando a diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados dentro do item "Insumos adquiridos de terceiros". Como os tributos são, normalmente, contabilizados no resultado como se devidos fossem, e os incentivos fiscais, quando reconhecidos em conta de reserva no patrimônio líquido, os tributos que não forem pagos em decorrência de incentivos fiscais devem ser apresentados na Demonstração do Valor Adicionado como item redutor do grupo de tributos.
- c) agentes financiadores - devem ser consideradas, neste componente, as despesas financeiras relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, entidades do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo os custos e despesas com leasing) pagos ou creditados a terceiros, exceto para entidades financeiras que devem classificá-las conforme descrito no item 3.7.2.5;
- d) acionistas - incluem os valores pagos ou creditados aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio ou dividendos. Os juros sobre o capital próprio apropriados ou transferidos para contas de reservas no patrimônio líquido devem constar do item "Lucros retidos".
- e) participação dos minoritários nos "Lucros retidos" - deve ser incluído neste componente, aplicável às Demonstrações Contábeis Consolidadas, o valor da participação minoritária apurada no resultado do exercício, antes do resultado consolidado.
- f) retenção de lucro - deve ser indicado neste componente o lucro do período destinado às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica.

3.7.3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.7.3.1. Além das informações contidas nos itens 3.7.2.4 a 3.7.2.9, a entidade deve acrescentar ou detalhar outras linhas na Demonstração do Valor Adicionado quando o montante e a

natureza de um item ou o somatório de itens similares forem de tal magnitude que a apresentação em separado ajuda na apresentação mais adequada da Demonstração do Valor Adicionado.

3.7.3.2. A Demonstração do Valor Adicionado deve ser consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registros auxiliares mantidos pela entidade.

3.7.3.3. A Demonstração do Valor Adicionado deve conter representação percentual participativa.

3.7.3.4. As informações contábeis contidas na Demonstração do Valor Adicionado são de responsabilidade técnica de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

3.7.3.5. A Demonstração do Valor Adicionado deve ser objeto de revisão ou auditoria se a entidade possuir auditores externos independentes que revisem ou auditem suas Demonstrações Contábeis.

3.7.3.6. Segue modelo exemplificativo da Demonstração do Valor Adicionado.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO, EM MILHARES DE REAIS**

20X1 % 20X0 %

1-RECEITAS

- 1.. Vendas de mercadoria, produtos e serviços xxx xxx
- 1.2. Provisão para devedores duvidosos xxx xxx
- 1.3. Resultados não-operacionais xxx xxx

2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS

- 2.1. Materiais consumidos (xxx) (xxx)
- 2.2. Outros custos de produtos e serviços vendidos (xxx) (xxx)
- 2.3. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais (xxx) (xxx)
- 2.4. Perda na realização de ativos (xxx) (xxx)

3 – RETENÇÕES

- 3.1. Depreciação, amortização e exaustão (xxx) (xxx)

4 -VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE

xxx xxx

5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA

- 5.1. Resultado de equivalência patrimonial e dividendos de investimento avaliado ao custo xxx xxx
- 5.2. Receitas financeiras xxx xxx
- 5.3. Aluguéis e royalties xxx xxx

6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR xxx 100% xxx 100%

7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

7.1. Empregados

Salários e encargos xxx Y% xxx Y%

Comissões sobre vendas xxx Y% xxx Y%

Honorários da diretoria xxx Y% xxx Y%

Participação dos empregados nos lucros xxx Y% xxx Y%

Planos de aposentadoria e pensão xxx Y% xxx Y%

7.2. Tributos

Federais xxx Y% xxx Y%

Estaduais xxx Y% xxx Y%

Municipais xxx Y% xxx Y%

Menos: incentivos fiscais (xxx) Y% (xxx) Y%

7.3. Financiadores

Juros xxx Y% xxx Y%

Aluguéis xxx Y% xxx Y%

7.4. Juros sobre capital próprio e dividendos xxx Y% xxx Y%

7.5. Lucros retidos/prejuízo do exercício xxx Y% xxx Y%